



Assembleia Municipal
Paços de Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PAÇOS DE FERREIRA

ATA N^o 05/2020

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal

29 de setembro de 2020



ATA N° 05/2020

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DE
DOIS MIL E VINTE:

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte,
pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em
Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, para discutir os assuntos constantes
da convocatória número cinco de dois mil e vinte.

A Mesa foi constituída por:

O Presidente – Miguel João Coelho Costa.

A Primeira Secretaria – Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro.

A Segunda Secretaria – Carla Susana Martins Moura.

O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Feita a
chamada verificou-se a presença de trinta e três Deputados, sendo eles:
Miguel João Coelho Costa, Carla Susana Martins Moura, Hugo Miguel de Sousa
Lopes, Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro, David Taipa Coelho,
Carlos Manuel Pacheco Lobo, por videoconferência, Vítor Hugo Pacheco Silva
Nunes em substituição de Sandra Maria Ferreira de Brito, José Carlos Nogueira
Coelho, Joaquim de Magalhães Pinto, Virginia Isabel Costa Carvalho, Francisco
Freitas de Sousa Magalhães, António Ramiro Lobo Gonçalves, Hugo António
Cardoso Pires Viana em substituição de Mafalda dos Santos Monteiro, Jusé
Manuel da Costa Soares, por videoconferência, Luís Miguel dos Santos Martins,
Paulo Jorge Soares Correia em substituição de Maria da Conceição Marques
Nunes, Abílio Ferreira da Costa Fernandes, António José Marques Pereira, por
videoconferência, Joana Leão Torres de Araújo em substituição de Ana Cristina



Assembleia Municipal
Povo de Ferreira

PF

Alves Ferreira, Luís Miguel Pereira Carneiro, Francisco José Soares Costa, Joaquim Ferreira Martins, Ernesto Ferreira Lopes, Sónia Cristina Alves Barbosa, Luís da Costa Neto em substituição de António Filipe Hessa Marques, José António Nogueira Taipa Rego em substituição de José Luis Queirós Monteiro, Semísimos Dias Leal, António Duarte Dias de Carvalho, Jocelino Gonçalves Moreira, Rui Filipe Coelho Barbosa, Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes, Artur Alexandre Soares Costa e José Manuel Ferreira em substituição de Joaquim Machado dos Santos.

Na Bancada da Câmara Municipal marcaram presença o Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, Paulo Ferreira e os Senhores Vereadores, José Ribeiro, Joaquim Sousa, Célia Carneiro e Júlio Moraes.



-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO-----

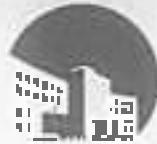
----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para cumprimentar todos os presentes na sala e os Senhores Deputados presentes por videoconferência, de seguida, deu por aberto o período de intervenção reservado ao público. Inscrerem-se para usar da palavra: -----

----- Tomou da palavra o Senhor Joaquim Fernando Ferreira Nunes começando por cumprimentar todos os presentes e disse, citando: “É com muita pena minha que volto a intervir nesta Assembleia, porque tenho vindo ao longo dos tempos a fazê-lo e não dizendo que o problema vai ser, já, resolvido e eu continuo a passar pelo rio e a vê-lo naquela desgraça. Como dizia há uns tempos, o nosso Presidente da Câmara, que se sentia envergonhado, em relação àquilo que acontecia nas Câmaras Municipais do país, quando viu a Lordelo, onde tenho família, também me sinto envergonhado quando eles me dizem: O rio está assim por causa do concelho de Paços de Ferreira. Era para ser em novembro, depois passou para janeiro, depois para fevereiro, já estamos quase em outubro e o rio continua na mesma. É inaceitável e eu, quase, me sinto envergonhado de ser de Paços de Ferreira, por causa do rio. Já agora e, ainda, em relação ao rio, desde miúdo que me habituei a andar pelas margens do rio e quando fizeram as captações de água, deram cabo de um dos locais mais aprazíveis do concelho para se fazerem merendas e mergulhos. Ficámos sem eles e, ainda, levamos uns anos com a estrada esburacada por causa de abastecermos água a outros, sem benefício nenhum para a freguesia. A Câmara Municipal voltou a fazer uma limpeza no rio, no parque urbano, e quando olhei para as imagens pensei: Isto é limpeza a um rio ou a uma pressa? Porque o rio tem arvoredo à volta que deve ser limpo, é claro, mas deve ser manter. Tem



plantas aquáticas que, também, devem ser mantidas. Aquilo foi uma limpeza geral. Era comigo se eu fosse tomar banho e me cortassem as pernas e os braços. A outra questão, é a terceira vez que vou falar nela. Espero uma resposta, ou sim, ou não. Se me disserem que não pode ser como eu digo, aceito a decisão, porque eu não mando no mundo. Tenho as minhas opiniões, elas podem estar corretas, podem estar erradas, podem ou não agradar. Ainda, um dia, desta semana, voltei a passar na Rua da Aldeia e voltei a ver o sinal stop num sítio que, quanto a mim, não faz sentido, porque os sinais - sempre me disseram - foram inventados para regular e não para empatar o trânsito. Chegados ali, quem tem stop para e quem não tem para, também. Aquilo é uma aberração. Já há um ano que o Senhor Presidente da Câmara disse que ia mandar o assunto para os serviços técnicos. Na última assembleia, o Senhor Vereador em substituição do Senhor Presidente da Câmara, também, me disse que ia mandar para os serviços técnicos e acho que os serviços técnicos já deviam ter dado uma resposta. Se têm uma resposta para dar, deem-me. Tenho de aceitar, caso eu não esteja correto. Muito obrigado pela atenção."

Usou da palavra o Senhor Floriano de Sousa Silva começando por cumprimentar todos os presentes e disse, citando: "Quero começar por agradecer ao Senhor Nunes, a intervenção que fez sobre o rio Ferreira, acho que, de facto, andam a empatar. Dizem que é hoje, que é amanhã, que o assunto vai ficar resolvido e, ainda, esta semana tivemos de sofrer a vergonha de virem Deputados observar a situação na ETAR de Arreigada. Queria falar, também, sobre outra situação que é inadmissível, que é o que se passa com o nosso posto médico. Aqui, as pessoas não têm assistência. Telefona-se, espera-se, volta-se a esperar e depois remetem-nos para a farmácia. Se for depois da hora da manhã não há assistência. Uma pessoa, se tiver qualquer problema, tem de ir ao

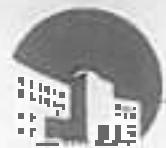


hospital de Penafiel. Queria falar, ainda, sobre outro problema: Pusaram, a toda a pressa, os equipamentos para desporto no Parque Urbano de Vreamunde. O verão já acabou, estamos no Outono, comeca a estação das chuvas e os caminhos estão todos esburacados. Era altura de corrigir isso, não custava muito. Podiam utilizar arco para elevar um pouco os caminhos, acima da rive, porque evitava que encharcasse quando começar a chover. Queria falar, ainda, sobre outros assuntos. Estou, aqui, para lembrar certas coisas. Foi tema de campanha do Presidente e do executivo que iriam acabar alguns contratos e que irão ser municipalizados esses serviços. Isso aconteceu com o lixo e, infelizmente, não aconteceu, nem vai acontecer tão cedo com a água e, também, não aconteceu com os transportes, nem com a electricidade. É pena, porque, de facto, apresentam-se pela frente períodos muito difíceis e, neste momento, há fundos comunitários para resolver estes problemas. Temos de pensar no impacto ambiental e combater esses problemas. Os transportes é uma questão para qual temos de olhar, com olhos de ver e tratar, mesmo, de os municipalizar, ou então, impor normas de circulação das camionetas. Também acho muito bem que se faça a ciclovia, ao contrário de muitas críticas que tenho ouvido, a ciclovia insere-se num programa de futuro, porque mais tarde, ou mais cedo, vai ser proibido andar de carro e as pessoas têm de ter alternativas. As pessoas podem pensar que não, mas vai acontecer. Existem metas para atingir até 2030. Se não houver antecipação na preparação para essas metas, vão ter de ser tomadas medidas à força. Já não concordo muito com a ideia de um quartel para a Guarda Nacional Republicana de Vreamunde. Acho que o executivo está a estimular a rivalidade entre as duas cidades do concelho, que não se justifica. Uma vez que são precisas obras, também, no posto da GNR de Paços de Ferreira, bastaria fazer-se um quartel que desse para o concelho todo. Um só



quartel ficava mais bem servido em termos operacionais, económicos e não só. Muito obrigado.” - - -

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara em exercício**, Paulo Ferreira, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: “Muito rapidamente relativamente às questões que aqui foram levantadas, em primeiro lugar: Quanto à parte em que o Senhor Joaquim Fernando diz que se sente envergonhado com a ETAR, eu digo-lhe uma coisa, nós, aqui, não temos vergonha nenhuma da ETAR. Vergonha tinha eu e todos os meus colegas da Vereação antes de chegarmos a esta casa, de facto, durante muitos anos e foram mais de 20, por ninguém se ter preocupado com o problema da ETAR. A ETAR estava subdimensionada há muitos anos e o tratamento que faziam não chegava a 50% dos afluentes que lá chegavam e durante mais de 20 anos o Rio Ferreira foi sistematicamente sendo alvo de poluição, pelo facto de ninguém nesta casa ter tido a coragem para cumprir com o que é obrigatório, as prioridades do Município. Esta questão para nós, desde o início, foi uma absoluta prioridade e recordo-me perfeitamente, eu não estava cá nesse mandato, mas o Presidente Humberto numas das primeiras situações que teve, uma reunião com o Governo, foi exatamente por causa da questão da ETAR. Era impossível a Câmara Municipal, sozinha, suportar os custos de uma empreitada daquelas, necessitava de financiamento, ou estatal, ou comunitário e aquilo que foi feito, foi um trabalho muito duro, muito difícil. Conseguir que o Estado e já foi no Governo a seguir, o Governo da coligação e o atual ministro do Ambiente, abrissem um aviso específico para Paços de Ferreira e foi no abrigo desse aviso que conseguimos um financiamento de 5,1 milhões de euros, para fazermos aquela obra. Aquela obra também custou ao Município muito dinheiro, ou seja, para



além da parte financiada, cerca de 800.000 euros, fundos próprios do Município, foram alocados aquela obra. Aquela obra foi feita. Às vezes as pessoas não tem noção, eu percebo claramente, passando no rio e vendo aquela situação, qualquer um de nós fica triste, pelo facto, do rio estar assim, mas a verdade é que nós tínhamos posse, pela primeira vez, em finais de 2015, em 2016 foi conseguido por parte da Câmara Municipal a abertura desse aviso específico para a ETAR e foi feito um concurso público internacional - são coisas que demoram bastante tempo - e em 2018 começou a obra. A obra não começou há 20 anos, a obra começou há 2 anos e ela só não está a funcionar a 100%, nesse momento, por razões que já foram explicadas diversas vezes: Pelo facto de termos tido as fronteiras fechadas e parte da obra não ter sido possível fazer, tal qual o que foi contratualizado com a empresa fornecedora dos principais equipamentos da ETAR, estamos a falar do tanque do tratamento biológico e de cerca de 3 milhões de euros, nesses equipamentos. Foi necessário fazer uma série de démarches e alterações ao contrato, no sentido de se permitir que o avanço do arranque de funcionamento desse último tanque pudesse ser feito sem a presença física dos técnicos austriacos e sem que isso prejudicasse a garantia de um equipamento 3 milhões de euros. Obviamente que isso estaria fora de questão, mas, estamos a falar de um atraso que está justificado. Não foi má-fé de ninguém, nem do empreiteiro, nem da Câmara. Foi uma contingência que, infelizmente, escrimos todos a sofrer na pele com o coronavírus, mas a verdade é que em finais de Agosto, salvo erro dia 30 ou 31, o último tanque começou a funcionar e aquilo que foi sempre dito, desde o início, é que o funcionamento não é instantâneo. Ou seja, a forma como esta nova ETAR trabalha, igual só há uma no país, é das mais modernas do país, e o tratamento biológico que é feito necessita que os microrganismos, que foram colocados



nesse canque principal, tenham tempo para conseguirem receber a totalidade dos efluentes. Na segunda-feira tivemos o prazer de receber uma delegação dos Deputados do PSD na ETAR e nesse dia, por indicação dos serviços, já estavam a ser tratados cerca de 28 a 30% dos efluentes, ou seja, neste momento, já 30% da água que sai exatamente igual a esta (garrafa de água), absolutamente incolor e sem qualquer tipo de resíduos, sem qualquer tipo de poluição. Naturalmente, os outros 30%, ainda, não conseguem ser tratados, mas isso durante o mês de outubro, com a margem de erro normal num processo destes, a ETAR estará a funcionar. Aquilo que é importante que as pessoas percebam é que, do ponto de vista físico, a obra está concluída e fechada. Do ponto de vista de todo o funcionamento dos equipamentos, estão todos a funcionar, mas serão precisas mais algumas semanas para os 28 ou 30% que estavam a ser tratados na segunda-feira possam chegar aos 100% e esse problema será resolvido. É claro, eu percebo isso, é muito fácil tirar várias fotografias ao Rio e dizer-se: «Seus malandros, vocês são estes e são aqueles e não estão a fazer rigorosamente nada». Digo-lhe, sinceramente, como a autarca e a equipa que connosco está neste projeto em específico, ninguém nos pode acusar de rigorosamente nada a não ser que cumprirmos com aquilo que era obrigatório. Não era possível fazer uma ETAR de outra forma que não essa. Ou seja, nós tivemos de fazer a ETAR no mesmo local onde existia a ETAR e durante um período de tempo não era possível fazer tratamentos e, obviamente, que isto foi algo que carecia de autorização por parte da Agência Portuguesa do Ambiente. Todos sabímos que íamos causar transtornos muito sérios ao rio, mas é por uma causa maior, ou seja, nós daqui a algumas semanas, o problema do rio que já tinha muitos anos, ficará definitivamente resolvido e teremos, naturalmente, tempo para proceder à limpeza do rio com a colaboração do Município de Paredes. A



própria APA, também, já se disponibilizou a colaborar connosco, no sentido de devolvermos a vida ao rio. Rio que não estava vivo antes da nova ETAR ter sido objeto de obras. Aquele rio já estava morto antes e todos nós nos recordamos. Recordo-me muito bem, aqui há uns anos valentes, a Junta de Lordelo ter vindo aqui à porta da Câmara Municipal e despejar uma quantidade imensa de peixes que tinham sido mortos. Só para concluir isto, quanto à ETAR, eu percebo a revolta da população de Lordelo, já não percebo a revolta da população do concelho de Paços de Ferreira, porque aquilo que era a obrigação do Município está feito e está muito bem feito. Terei todo o gosto que, quer o Senhor Fernando ou qualquer cidadão, possam a partir deste momento, visitar a ETAR e perceberem onde é que foram gastos 5,1 milhões de euros, o maior investimento, alguma vez feito numa só obra neste concelho, ao longo destas décadas de democracia. Só este facto, também, dá para ter noção daquilo que foi a nossa aposta na resolução deste problema. Claro está que nós podímos ter feito como fizeram os nossos antecessores, que era a assobiar para o lado e dizer que não havia problema nenhum, mas sabíamos que estávamos a enganar as pessoas e isso não queríamos fazer e, por isso a ETAR está pronta, está a funcionar e, nesse momento, a única coisa que falta é que a parte dos micro-organismos que lá estão possam expandir-se o suficiente para que a totalidade dos afluentes sejam tratados. Será uma questão de poucas semanas e teremos a primeira parte desse problema resolvido. A 2ª parte, a limpeza do rio, obviamente, nós estaremos disponíveis para tratar disso. Falando, também, aqui, do valor da limpeza do rio, não é verdade aquilo que o Senhor disse. Não foi feito nenhum atentado ao rio com a limpeza. No Parque urbano, o que nós tiramos ficaram cerca de 10 toneladas de lixo, pneus e outros detritos, que lá estavam. Relativamente às plantas, as plantas ficaram lá mantidas.



Recordo-me de ter visto, não sei em que concelho foi, uma Junta de Freguesia que, também, fez uma limpeza ao rio, mas, para além de ter limpado tudo o que lá estava, cimentou-o, quer as partes das margens, quer o leito do rio e, isso sim, é um atentado. Aqui, não foi feito, nenhum, atentado. O que foi feito foi a limpeza do rio, que nunca tinha sido feita, não tinha sofrido qualquer tipo de ação de limpeza nos últimos 10 anos. Aquilo que fizemos no rio Ferreira, temos um projeto para os próximos anos, é que vamos replicar este trabalho feito no Parque Urbano, em todos os rios do nosso concelho, obviamente, cumprindo com aquilo que são as boas indicações e as boas práticas neste tipo de ações, porque os rios têm que ser limpos, sem dúvida nenhuma, mas não se pode retirar tudo o que são plantas e outro tipo de ecossistema que os rios têm, sob pena de o matarmos. Não morreriam da doença, morreriam da cura, mas isso não foi feito e se percorremos cerca de 700 metros de rio que lá estão, perceberá que a flora está lá toda e a única coisa que foi retirada, em alguns locais, foram plantas invasoras, essas têm que ser retiradas sob pena de porem em causa o próprio ecossistema. Quanto à Rua da Aldeia, a indicação que tenho dos serviços é que está de acordo com os regulamentos e quando assim é, não lhe posso dizer mais nada. De sinais de trânsito, percebo alguma coisa, mas tiro o código há muitos anos e tirando isso, não percebo nada. São questões técnicas, os serviços dizem que está bem e eu confio nos serviços. Se quiser reclamar essa situação, esteja à vontade e os serviços, também, poderão explicar mais tecnicamente, fundamentalmente a razão pela qual a situação está assim. Quanto ao Senhor Floriano, aproveito, também, para cumprimentar porque já falei da ETAR e é como lhe digo e repito, aquilo que disse, eu não senti vergonha nenhuma quando recebemos os Senhores Deputados do PSD, como na semana anterior em que recebemos a Senhora Deputada do Bloco de



OJ

Esquerda, vergonha? Rigorosamente nenhuma. Vergonha tive durante muitos anos, pelo facto de não ter sido feita nenhuma obra naquela ETAR, disso sinto vergonha, neste momento, não sinto vergonha nenhuma. Sinto misteza pelo facto de ter acontecido o que aconteceu, mas, muito orgulho por termos feito esta obra que era reclamada, há muitos anos, no concelho. Quanto ao posto médico, a verdade é que, o que se passa no nosso concelho, passasse no país inteiro. Temos um problema generalizado, muito fraco, desta pandemia e é importante que as autoridades nacionais, também, se consigam conciliar, quer no combate ao coronavírus, quer no combate a todas as outras doenças que nos vão afetando e não ponhos em causa a saúde pública, estando, apenas e só, focados na questão do combate ao coronavírus. Obviamente, que isto do ponto de vista teórico é muito fácil, do ponto de vista prático já não é bem assim e o trabalho que está a ser feito à escala nacional no combate a esta pandemia tem sido gigantesco. Ninguém estava preparado para isto. De um dia para o outro, tínhamos todos, nós à escala muito mais reduzida e o Governo, obviamente, numa escala muito maior, de refazer por completo o Serviço Nacional de Saúde e pô-lo a dar resposta a uma realidade para a qual não estava preparado. Mas, independentemente de muitos problemas e obviamente que têm acontecido muitos problemas, a prova é que se não tivéssemos um serviço público de saúde como temos agora, a tragédia seria gigantesca. Aconselho a todos os Senhores Deputados e ao público a verein, de vez em quando, umas reportagens interessantes sobre o sistema de saúde nacional e é importante, também, percebermos, porque, às vezes, nós não damos valor a uma das maiores conquistas que obtivemos do 25 de Abril e que foi o SMS. Muitas vezes as pessoas não dão o devido valor ao privilégio de termos dos melhores, os mais avançados Serviços Nacionais de Saúde do mundo, com todos os problemas



que existem sempre, como é óbvio, mas é um serviço que nos deve auxiliar a todos e, sobretudo, numa fase tão difícil como esta que atravessamos e, ainda, vamos entrar num momento pior, com a chegada do inverno. Não vai ser fácil, mas esperemos que venha deprecia a vacina e que possamos passar à frente este episódio tão triste da nossa vida colectiva. Quanto aos caminhos do Parque de Lazer de Freamunde, verdade que esta é a função do autocarro e se tudo estivesse feito, estávamos aqui a fazer nada e íamos todos embora. Obviamente que faltou fazer muita coisa no caso do Parque de Lazer de Freamunde, temos, ao longo dos anos, feito investimentos, mas nós não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. Claro está que, se houvesse a possibilidade de fazermos como era feito no passado, se mandássemos fazer as obras e depois os fornecedores esperavam 3 anos para receber, poderíamos fazer isto de um dia para o outro. Agora, temos aqui, muito fruto do grau de exigência e muito bem, do meu Colega Joaquim Sousa, um lema, só fazemos obras se as podermos pagar. A verdade é que, aos pouquinhos, vamos pondo visivelmente os parques urbanos, que são da competência do Município, com melhores condições. Faltou muita coisa e no caso do Parque de Lazer de Freamunde, faltam os caminhos que estamos a tratar neste preciso momento. Um trabalho que nós, internamente, não temos capacidade técnica para o fazer e terá de ser um serviço feito por empresas. Estamos a fazer contactos no sentido de perceber qual o investimento que poderá ser necessário fazer, mas é um problema que vamos resolver a seguir. Tínhamos um problema sério que era o parque infantil que estava muito perigoso e obsoleto. Por isso, criamos um novo e também reforçamos com equipamentos de ginástica, como fizemos no Parque Urbano de Paços Ferreira, reforçamos a iluminação e temos tido o cuidado diário de ter aquele parque, que é muito bonito, bem tratado como o de Paços Ferreira, também. Falta fazer



muita coisa, mas, por isso é que aqui estamos, para irmos fazendo trabalho, os caminhos são, provavelmente, a nossa próxima entrada, em termos de obra, será exatamente a questão dos caminhos. Quanto à questão da municipalização dos serviços, é verdade, isso faz parte do nosso programa eleitoral, um deles já o cumprimos, que é o do lixo e está a decorrer bastante bem. Há imenso trabalho, claro que era muito mais fácil pagar a conta ao final do mês à SUMA, era muito mais fácil mas, ficava mais caro e o serviço não era tão bem feito e sem prejuízo das otimizações do serviço que, ao longo dos próximos meses irão ser feitas, a verdade é que o trabalho tem corrido bastante bem. Temos uma excelente equipa a trabalhar todos os dias no terreno e temos, agora, a vantagem de muitas situações pontuais que nos são reportadas, ou pelo cidadão comum, ou pelos Senhores Presidentes de Junta, podermos resolvê-las quase de imediato, com a vantagem de estarmos a fazer um melhor serviço. Já reforçamos algumas rotas, vamos continuar a reforçá-las em alguns locais. Temos previsto, também, um investimento na substituição dos contentores do lixo, entre outras alterações. Agora, começamos há pouco mais de meio ano, ainda é muito cedo, mas nestes 6 meses o balanço é positivo, ou seja, do ponto de vista do estudo económico que foi feito, estamos a poupar muito dinheiro e para o ano vamos poupar mais. Este ano fizemos um concurso público de aluguer dos camiões por um ano e o próximo concurso, está neste momento a decorrer com várias propostas fechadas muito recentemente, vamos reduzir, ainda mais, porque é um concurso por 8 anos e comparando com aquilo que se pagava à SUMA, a diferença é do dia para a noite, praticando um melhor serviço. Mas, isso são opções e eu não contesto que, sobretudo, a direita entenda que esta situação não é propriamente a melhor, mas, por isso é que há eleições e nós queremos continuar, não só nestes serviços, como noutras, a



internalizá-los e semos nós a resolver a gestão diretamente, porque entendemos que conseguimos fazer um melhor serviço e é para isso que cá estamos. Nós não estamos aqui para passar cheques a empresas privadas para fazerem um conjunto de serviços, estamos aqui para fazer o nosso trabalho e acho que conseguimos fazer melhor, se for feito e prestado, diretamente, aos nossos cidadãos. Por último, relativamente à GNR de Freixo de Espada à Cintura, com todo o respeito não concordo consigo e nós tivemos, aqui, há algum tempo, um problema, chegou a ser falado, alguns rumores, de que a GNR de Freixo de Espada à Cintura poderia abandonar a cidade. A questão da segurança e a proximidade é fundamental, nós só conseguimos transmitir segurança às pessoas, se os agentes e os postos estiverem próximo das pessoas. Nós temos um concelho pequeno, é verdade, do ponto de vista geográfico, são cerca de 70 Km quadrados, mas dos maiores em termos de densidade populacional. Nós somos um concelho muito grande, temos felizmente muitas pessoas aqui a morar e é obrigatório termos dois postos de GNR, um em Paços de Ferreira, outro em Freixo de Espada à Cintura. Tivemos sorte, na visita recente do Secretário de Estado da Administração Interna, com o problema já com décadas, o posto da GNR de Paços de Ferreira que sofreu a última intervenção em 1992 e nessa visita, ficou o compromisso do Governo de realizar um conjunto de obras, muito profundas naquele posto, no sentido de dar mais condições quer às pessoas que lá trabalham, quer aos cidadãos que recorrem aquele serviço. No caso da GNR de Freixo de Espada à Cintura, a localização atual e o edifício em si não comportava, ainda se chegou a falar em fazer algumas obras, mas não comportava aquilo que era importante fazer-se e surgiu esta possibilidade, num terreno do Município, o Senhor Secretário de Estado aceitou essa proposta do Presidente Humberto Brito da Câmara Municipal ceder gratuitamente o edifício ao Estado e lá ser construído um posto



moderno e de raiz. Sinceramente, acho que não só os cidadãos de Freamunde mas, como todos nós no concelho, terão todos imenso orgulho, porque isso significa não só dar melhores condições aos guardas que é importante, como é óbvio, mas significa que teremos a presença física e reforçada da GNR no nosso concelho, garantida por muitos e bons anos. Esta obra mais do que a questão do novo posto, que é obviamente importante, garante a presença da GNR no nosso concelho por muitos e bons anos, isso é fundamental no concelho que não tem grandes taxas de criminalidade, é verdade, mas ninguém sabe o dia de amanhã e é importante o sentimento de segurança das pessoas. Com a presença próxima da GNR, porque a GNR não trata só de ladões e gente que se porta mal, a GNR faz, também, muito outro tipo de serviço que é, igualmente, muito importante. Sinceramente, é daquelas boas notícias, das melhores notícias, provavelmente, que tivemos nos últimos anos. Esta era já uma história que se arrastava há imensos anos e ficou resolvida. No próximo ano, as obras avançarão, não consigo dizer quando é que estarão prontas, mas é no próximo ano que as obras no posto de GNR de Freamunde vão avançar e acho que vamos ganhar todos, não só Freamunde mas, também, o concelho. Muito obrigado.”

ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para, antes de dar início ao período antes da Ordem de Trabalhos, informar todos os presentes que a Assembleia Municipal tem assuntos pendentes, nomeadamente, o falecimento do ex-Presidente da Junta de Figueiró, Senhor Luís Silva, por quem fixou um minuto de silêncio na última sessão dessa Assembleia Municipal e sobre o



mesmo vou apresentar, hoje, aqui, um voto de pesar. Por parte das bancadas do PSD e do P.S, é também apresentado um voto de pesar pelo falecimento do pai do Senhor Presidente da Câmara e por último, porque não há registos do voto de pesar pelo falecimento do Senhor ex-Presidente da Junta de Sanfins, Senhor Horácio Pereira, para que fique registado e para que se possa enviar aos familiares os nossos sentimentos, vou propor que, também, seja colocado, hoje, apesar de já termos tido algumas reuniões, esse voto de pesar. Face ao exposto, coloco a votação os votos de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Figueiró, Senhor Luís Silva e pelo falecimento do Senhor ex-Presidente da Junta de Sanfins, Senhor Horácio Pereira. -----

----- A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, os votos de pesar e deliberou, ainda, por unanimidade, dar conhecimento às respetivas famílias. -----

----- A Assembleia Municipal procedeu ao minuto de silêncio pelo falecimento do pai do Senhor Presidente de Câmara, Humberto Brito. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para dar inicio ao periodo antes da Ordem de Trabalhos, abrindo as inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Francisco José Costa, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: "Queria, aqui, recordar que o Senhor Luís Silva faleceu no passado dia 18 de Julho, já tivemos uma Assembleia no mês de Julho, mas, pelo facto de ser uma assembleia extraordinária não foi permitido que pudéssemos referir uma frase de agradecimento e, portanto, hoje, pretendemos reparar essa situação. Portanto, em nome da bancada parlamentar do Partido Social Democrata e, em meu nome pessoal, pela ligação e pelos combates políticos saudáveis que debatemos na Assembleia de Freguesia de



Figueiró, vimos manifestar a nossa tristeza pelo desaparecimento de um homem de trabalho, que lutou desde novo pela família e pelos seus ideais. Um homem de fortes convicções, com vontade de servir e de bem-fazer. Pela forma empenhada como se dedicou à Freguesia de Figueiró e à causa pública, endereçamos o nosso respeito e gratidão. Sentidas condolências à família que manifestei pessoalmente e que agora publicamente pretendo reafirmar, em meu nome e em nome do PSD.”

..... Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Jorge Soares, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: “O tema que me traz cá, hoje, diz respeito a uma comunicação que vi no Facebook, já há pouco foi falada, sobre o novo posto da GNR de Freamunde, bem como a requalificação do posto da GNR de Paços de Ferreira. Devia dizer que é visto com muito bons olhos, quer o novo posto, quer a requalificação, porque, efectivamente, são necessários. Também, dizer que é uma situação muito cara ao PSD, porque tudo aquilo que possa, de alguma forma, melhorar as forças de segurança do nosso concelho, é sempre bem vista e, desde já, também, parabeniza-lo por isso. Há, contudo, uma situação que coloco que é: Em 2015 foi, também, publicitado pelo Município na página de Facebook a requalificação das escolas de Santa Cruz para ser recolocado o posto da GNR de Freamunde. Desde 2015 até 2020, essa sim, é a questão, o que é que aconteceu? O que é que houve em contrário e o porquê de agora estarmos neste ponto? Outra das questões seria tentar perceber o que é que vai ser, quer do investimento que já foi realizado nas escolas de Santa Cruz e qual o destino que vai ser dado às mesmas. Muito obrigado.”

— Tomou da palavra a Senhora Deputada Joana Araújo, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse,



citando: "A proposta que nós, aqui, apresentamos, antes mais é como já dímos oportunidade de explicar ao Senhor Presidente da Assembleia, pretendíamos que fosse esta fosse admitida e, depois de accito, colocada para discussão e depois, logicamente, que a mesma seja aprovada. A proposta que tratemos é, mais uma vez, essa que é a terceira vez, relativamente à transmissão radiotónica e pelas redes sociais das sessões da Assembleia Municipal. Todos se lembrarão que, no inicio 2019, os eleitos do PSD apresentaram, nesta casa, uma proposta para que as Assembleias Municipais fossem transmitidas pela rádio e nas redes sociais. Entendia o PSD, na data, como entende agora, que a transmissão radiotónica e nas redes sociais das Assembleias Municipais permitirão um melhor acesso dos nossos eleitores à informação sobre os assuntos mais relevantes da vida do nosso concelho e, consequentemente, garantirá uma melhor e maior participação democrática dos nossos cidadãos na vida política de Paços de Ferreira. Em 2019 a proposta apresentada foi rejeitada pelos eleitos pelo Partido Socialista alegando, entre outras razões, questões de legalidade que, curiosamente, enquanto o Partido Socialista Pacense, arranjava desculpas para não aprovar esta proposta, a transmissão das Assembleias era aprovada, exatamente, no mesmo dia, em Paredes. Portanto, um Município também Socialista. Sucedeu que, a Lei número 28 de 2020, de 28 de Julho veio estabelecer, não só, a obrigatoriedade da gravação e a colocação no sítio eletrónico de cada autarquia, das reuniões públicas dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias locais, mas refere, também, expressamente, que essas mesmas reuniões, reuniões públicas, como é o caso desta, que está a decorrer, podem ser transmitidas em directo, pela Internet ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade. Assim, é porque a Lei número 28 de 2020 deixa claro, não existir qualquer ilegalidade na transmissão das reuniões desta



Assembleia e porque o PSD de Paços de Ferreira continua a acreditar que garantir o acesso à informação é a forma de garantir, uma cada vez maior, participação cívica dos nossos cidadãos, vêm os eleitos do PSD propor que a partir dessa data, as sessões da Assembleia Municipal Paços de Ferreira sejam transmitidas em direto, por via radiofónica e nas redes sociais. Como isto irá ser feito, logicamente, deverá ser, talvez, o próprio Senhor Presidente da Assembleia e a Câmara Municipal a ver a melhor forma, mas, tornamo-nos aqui à liberdade, também, de sugerir que o Senhor Presidente da Assembleia confide os órgãos de comunicação social que estejam interessados, no nosso concelho, a fazerem a referida transmissão. Sugerimos, também, a possibilidade de a transmissão ser feita pelo próprio Município através dos meios utilizados para a transmissão do boletim informativo municipal.”

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Carlos Nogueira, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: “Normalmente nessa assembleia fala-se de tudo. Um pouco do que se passa no concelho, um pouco de elogios ao Senhor Presidente da Câmara, um pouco do que se faz, ou não se faz. Hoje, venho, aqui, enaltecer o trabalho dos Senhores Presidentes de Junta. Nesta casa, normalmente, os Presidentes de Junta estão muito sossegados, muito calados e bem, por algumas razões que os obriga a estar, mas eu queria falar um pouco no trabalho que eles têm feito. Sinceramente, tenho reparado no nosso concelho e verificado que, o que eles têm feito, em algumas Freguesias é maravilhoso. Quase em todas e não posso deixar de dizer que, numas mais do que noutras. É visível a diferença no trabalho que eles têm feito depois de ter entrado o novo executivo do Partido Socialista, porque acho que criou uma dinâmica diferente nos serviços das Juntas. É óbvio que queria falar, mais um



poucos, sobre Carvalhosa. Eu estou aqui a fazer isto por iniciativa minha, porque fico maravilhado com o trabalho que se tem feito em Carvalhosa. Ao Senhor Martins, os meus parabéns pela limpeza, o arranjo, o trabalho que têm sido feito é sem dúvida uma coisa que me orgulha. E orgulta-me porque eu andei no porta-a-porta, andei a lutar e a defender uma ideia diferente, uma maneira de estar na Freguesia e com os poucos recursos disponíveis, realmente, têm feito um trabalho maravilhoso. Ao Presidente de Junta, Senhor Martins e não deixo de dizer, ele sabe o que eu vou dizer, ao Secretário, Senhor José Maria Leão, parabéns. Acredito que algumas vezes, quando se está na política e eu tenho grandes dificuldades de ser político, algumas vezes quando a gente dá a cara, fica-se com receio. Será que as pessoas vão perceber o que a gente diz ou não? Sabem do que estou a falar, porque algumas vezes é triste. Andamos de porta-a-porta e diz-se uma coisa e depois não se consegue fazer. Em Carvalhosa fez-se isso. Não estou a dizer que Carvalhosa é um caso particular, mas outras Freguesias, também, aconteceu. Nas conversas que tenho tido com eles, com os poucos recursos que têm, os Presidentes de Junta sabem muito bem que os dinheiros não são muitos, é difícil manter-se uma Freguesia bem, preparada para as pessoas que merecem e eles têm feito um esforço, no fundo, estou a falar no todo, mas refiro Carvalhosa porque é onde estou mais próximo. Agora, não deixo de dizer que, algumas vezes, é triste, porque eles queriam fazer mais e não podem. Quando os vejo a colocarem sinais ou a executar outras tarefas que, por vezes, ultrapassam a competência deles, mostram a sua luta para conseguir o melhor e eu jurosei e decidi vir aqui, dar os parabéns a essas pessoas. Dou-lhes os parabéns, porque, ainda que a Câmara Municipal faça tudo o que pode e, também, está de parabéns, afinal, no fundo criou esta dinâmica nos presidentes de Junta, não deixo de dizer que é preciso reconhecer as Junta



que mais trabalham, é preciso fazer com que essas pessoas tenham o devido reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem. Não estou a dizer que devemos fazer uma separação de Freguesias, pelo contrário, é incentivar a fazer mais e melhor. Carvalhosa, em especial, está numa posição muito difícil porque está no centro do concelho, com uma densidade populacional muito grande, tem muitas indústrias, faz a ligação entre Paços de Ferreira e Vila Real e eles têm feito esse trabalho. Aqui fica o meu reconhecimento e dou-lhe os meus parabéns e gostaria que a Câmara Municipal de Paços de Ferreira o reconhecesse. Parabéns a todos os Presidentes de Junta, porque nestes últimos 7 anos notou-se uma certa diferença e obrigado à Câmara Municipal por incentivar esse trabalho. Muito obrigado.”

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Lopes, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: “Vou pedir ao Senhor Presidente um pouco de margem, porque são muitos assuntos e, até, porque fui apanhado de surpresa relativamente a uma proposta que foi apresentada, agora. Queria começar por, naturalmente, reforçar aquela que é a posição da bancada do Partido do Partido Socialista relativamente ao voto de pesar pelo pai do Senhor presidente da Câmara Municipal e não poderia, também, deixar de dar aqui uma palavra relativamente ao voto de pesar pelo Senhor de Luís Silva. Um amigo. Uma pessoa, também devo dizer um Vila Realense. Uma pessoa que conhecia, há muitos anos, que sempre serviu como um exemplo de retidão e dedicação à causa pública, uma pessoa de coração aberto. Foi um excelente Presidente de Junta, uma pessoa que nos ensinou a viver em democracia, por tudo isso e por tudo aquilo que deu à sua Freguesia e, também, a este concelho, não podíamos deixar, aqui, de efectuar a nossa palavra de gratidão, de aprofundamento e o desejo que o seu exemplo

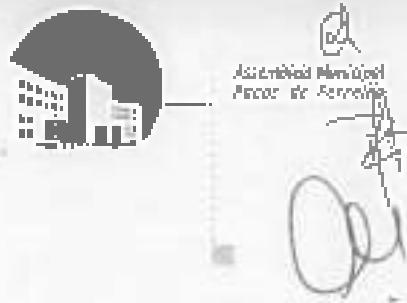


possa servir para nós melhorarmos a nossa forma de estar em comunidade, também, a nossa forma de estar na vida pública e na política. Em segundo lugar, não posso deixar de fazer uma referência, apesar do senhor Presidente em exercício já ter tido a oportunidade de falar sobre isto, mas a bancada do Partido Socialista faz questão de insistir neste assunto e de o referir, aqui, antes da ordem do dia. Antes da ordem do dia porque estamos perante o momento que, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista da forma, como o poder autárquico encara a sua responsabilidade para com os cidadãos, o momento da finalização da obra da ETAR de Arreigada é crucial e um marco importantíssimo para o concelho de Paços de Ferreira. Devo dizer que esta questão, muito frontalmente, não recebeu a devida valorização pública e principalmente a devida valorização política por parte da oposição. Estamos a 3 semanas de termos a ETAR a funcionar em pleno. Estamos a falar de uma obra na ordem dos 5,2 milhões de euros, uma obra que é uma obra de uma geração. Uma obra que poderia ter sido de outra geração, mas houve quem tivesse interesse em adiar a realização desta obra, pelo que, eu tenho realmente que agradecer em nome do Partido Socialista ao executivo municipal por ter insistido em se preocupar com esta questão. Lançávamo-nos aqui duas prorrogações para o executivo, embora uma delas já tinha sido levantada pelo Senhor Presidente em exercício: Em primeiro lugar, a necessidade que, estou certo que o Município estará disposto a suportar em parceria, naturalmente, com o Município de Paredes, relativamente à participação na verdadeira despoluição do rio Ferreira, seja pela limpeza, seja pela revitalização da fauna e da flora do rio. Em segundo lugar assumirmos, aqui, um compromisso público de valorizarmos esse trabalho proposto, desde já, a bancada do Partido Socialista, uma visita à obra para, também, percebermos o que realmente está lá



a ser efectuado do ponto de vista de trabalho de limpeza, naquela que é um sistema tão actual, tão moderno e que vai servir, também, aquilo que são as ambições ambientais do nosso concelho no futuro e da nossa região. Por isso, proponho-nos a fazer essa visita, para fazermos esta valorização, para que possamos divulgar aquilo que foi efectuado e aquilo que é o funcionamento deste sistema de apoio e agradecemos se o Município nos permitir e nos acompanhar, também, nesta visita à obra.”

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Costa, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: “Foram, aqui, hoje, referidos os centros de saúde relativamente à dificuldade em atender, dignamente, os cidadãos e o que está a acontecer, realmente, é muito mau. Neste momento, o atendimento resume-se praticamente aquilo que são os hospitais centrais, quando aos centros de saúde, as coisas estão a funcionar na realidade muito mal, com o atendimento feito, praticamente, por telefone. Levanta-se, aqui, um problema de saúde pública, relativamente à questão dos centros de rastreio da Covid19 em Paços de Ferreira, neste momento, não existe um centro em funcionamento. Eles foram sendo criados por todo o país, os centros de triagem e isto quer dizer: Centros para limitar danos negativos da pandemia. Foi anunciado, aqui, que no dia 27 de abril, foi feito um protocolo com a ACeS V.S. Norte para abertura de um centro de rastreio em Paços de Ferreira. Em Maio esse centro de rastreio foi inaugurado e no período da manhã do primeiro dia foram realizados 30 testes. Portanto, isto foi pomposamente anunciado nas redes sociais. Estranhamente, passados poucos mais de 30 dias, o centro foi encerrado e até hoje ninguém sabe qual é que foi o motivo do seu encerramento. Certo é que estamos, neste momento, numa fase de crescimento forte, fala-se que estamos a viver uma



segunda vaga e gostaríamos de saber se o executivo tem, neste momento, algum plano relativamente a centros de testeiro, se vai ser reativado ou qual o plano de contingência previsto para o concelho, se vamos ter um hospital de retaguarda, fiscalização por parte da Polícia Municipal, equipas multidisciplinares, enfim, algum tipo de ação que vá ser desenvolvida pelo executivo, relativamente à questão da Covid19. Quanto à questão dos centros de saúde é necessário, também, que o poder político possa ter algum tipo de intervenção, porque na realidade, as coisas estão a correr muito mal.”

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício, Paulo Ferreira e disse, citando: “Quanto à questão levantada pelo Senhor Deputado Paulo Jorge, permita-me que lhe diga que não é assim tão líquido que os responsáveis políticos do PSD sejam, assim, tão favoráveis ao posto da GNR em Freamunde. Tive a oportunidade, nos últimos dias nas redes sociais, de ver alguns responsáveis a concordar com a não existência do posto da GNR em Freamunde. Mas isso é a liberdade de cada um, o que responsabiliza, com certeza, mas ninguém a não ser os próprios, mas a verdade é vi isso. Relativamente aquilo que é o mais importante, importa e convém fazer história, tenho, aqui, o protocolo que foi assinado em 2009 pela antiga liderança do concelho com a Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos do MAI e estava previsto neste protocolo exatamente a ida da GNR para as escolas de Santa Cruz. Passaram-se muitos anos, entretanto, entrou o novo executivo e não foi feito, rigorosamente, nada. Portanto, nós pedimos, outra vez nisto, porque queremos mesmo reforçar as condições e garantir, sobretudo, a presença da GNR em Freamunde e só se conseguia dando um novo posto, ou seja, fazendo obras relevantes no posto da GNR. Ao longo dos anos, foram feitas várias propostas, o MAI foi fazendo várias exigências relativamente a



questões de Arquitetura, mas, também, nunca foram muito favoráveis à partilha do local com a Associação Musical, convém dizermos isto, é a verdade. O que foi feito na semana passada com a vinda do Senhor Secretário de Estado, foi a visita a três sítios: A atual GNR em Freamunde, às Escolas de Santa Cruz e depois a uma solução que foi apresentada, nesse mesmo dia, por parte do Senhor Presidente da Câmara ao Secretário de Estado, o terreno junto às piscinas de Freamunde. Após a visita aos três locais - aquilo que nós defendímos era exactamente um posto novo junto às piscinas - o terreno teve bom acolhimento por parte do Governo que, no mesmo momento, o Senhor Secretário de Estado que tem competência para o efeito, disse que sim e que estava fechado e, ainda, que era de longe o melhor local. Obviamente que as Escolas de Santa Cruz, se fosse para refazer um edifício já existente tinha a vantagem de ser um edifício bastante grande, com muitas condições, mas a localização não era propriamente a mais simpática da cidade de Freamunde. O local atual é manifestamente pequeno e esta solução foi a melhor. Aquilo com que nós ficamos mais satisfeitos nesta visita é que, para além de ficarmos com a noção que esta novela que já vem desde 2009, há 11 anos, terá o desfecho no próximo ano. Claro que vantagens e desvantagens existirão sempre em qualquer local, mas este, do ponto de vista da centralidade é inquestionável. Encontra-se em linha reta a cem metros do atual posto da GNR, é uma zona sobre e de expansão da cidade de Freamunde e estamos a falar de um posto novo e mais moderno. Ainda, é mais fácil fazer uma obra de raiz, do que estarmos a fazer remendos. Relativamente às escolas de Santa Cruz, isto foi muito recente, obviamente que iremos dialogar e trabalhar juntamente com a Associação Musical de Freamunde no sentido de darmos destino aquele edifício. Ainda não houve oportunidade de falarmos com Associação Musical



de Freamunde, para percebermos o que fazer com o restoante do edifício, porque ele é enorme e temos, obviamente, que salvaguardar um património que é importante no concelho e na cidade de Freamunde. Quanto ao que o Senhor Deputado José Carlos disse, registo e sou suspeito porque sempre apreciei muito o trabalho dos Senhores Presidente de Junta, que é um trabalho muito difícil, mas quer os Senhores Presidente de Junta, quer nós como Vereadores, estamos aqui porque queremos e o nosso objetivo é claramente fazer bem à população. O trabalho de todos os Senhores Presidente de Junta neste concelho é absolutamente meritório. Não é nada fácil, muitas vezes não é devidamente reconhecido pela população, mas a verdade é que se o nosso concelho hoje está como está, acho que está muito melhor do que estava há alguns anos, também se deve ao trabalho dos Presidentes de Junta e este concelho não seria o mesmo sem a presença diária dos mesmos no terreno. Claro que a exigência é sempre muita, ainda bem que assim é, mas aquilo que tem acontecido ao longo destes últimos anos é a total lealdade e abertura por parte do Município junto dos Senhores Presidentes de Junta e quanto a isso acho que a situação é inatacável, se não ajudarmos mais é porque não podemos. A verdade é que aquilo que o Senhor Deputado José Carlos disse é bem, nós percorremos todas as Freguesias e percebemos, claramente, o trabalho das Juntas de Freguesia, para além de outras obras que a Câmara faz, de outra dimensão, mas o trabalho mais importante é aquele que é o trabalho diário junto da população, é o trabalho dos Presidentes de Junta de Freguesia a quem nós, obviamente, agradecemos em nome da população. Quanto à visita à HTAR que o Senhor Deputado Hugo Lopes aqui sugeriu, acho que vale mesmo a pena a visita. É importantes as pessoas perceberem onde é que foi gasto o dinheiro, não foi assim tão pouco, e ver como está a funcionar. É uma ideia interessante e da parte da Câmara será



só necessário a Assembleia dizer quando querem fazê-lo e, obviamente, acompanharemos juntamente com os técnicos essa visita a este novo equipamento do nosso concelho. Quanto ao Senhor Deputado José Costa, o coronavírus quando apareceu, no inicio desta assembleia também o disse, ninguém estava preparado para isto e tivemos que correr atrás do prejuízo. Aquilo que fizemos com o centro de rastreio na Associação Empresarial foi, a exemplo do que aconteceu praticamente em todo o país e em muitos Municípios, uma situação de urgência e de emergência perante uma situação nova e para a qual o Estado não tinha capacidade para o efectuar. Neste momento, nós temos um centro de testes em Freixo de Espada à Cinta, existe e está a funcionar, sem prejuízo, dependendo da evolução da pandemia, esta casa estará sempre disponível para fazer aquilo que lhe compete e se a pandemia exigir um conjunto de ações e trabalho por parte da Câmara, como o fizemos no passado, estaremos disponíveis e preparamos para isso. Nós temos um plano de contingência e fazemos reuniões periódicas da proteção civil. Houve uma reunião, muito recentemente, em que o Presidente da Câmara esteve, mais uma vez, estritamente, sobre isso. Temos uma relação muito próxima com a ARS, com os nossos centros de saúde, com a autoridade local de saúde, com as nossas escolas e aquilo que estamos a fazer é monitorizar em tempo real a evolução da pandemia no nosso concelho e, se tal for necessário, agirmos em função das necessidades. As pessoas sabem, fizemos-no no passado muito recente, no início da pandemia, em muito pouco tempo conseguimos montar uma máquina, aqui, na Câmara Municipal com o apoio de muitas instituições, à cabeça das Juntas de Freguesia, também, no sentido de ajudarmos a população e assim o faremos. Ninguém sabe, nem imagina como é que podem estar o nosso concelho, o país e o mundo daqui a um mês ou dois, as perspetivas não são propriamente



simpáticas, mas, também, queremos acreditar que a prevenção que as pessoas vão tendo possa mitigar um crescimento exponencial dessa doença. Mas, estamos a falar de uma situação que ninguém consegue prever, aquilo que nós, aqui, e eu enquanto autarca posso garantir é que a Câmara Municipal tem tudo preparado, tudo pronto para qualquer tipo de eventualidade que surja em termos de saúde pública e quanto a isso as pessoas do nosso concelho, como no passado recente, podem continuar descansadas porque estaremos disponíveis e prontas para acionar os meios que forem necessários e quando forem necessários. Muito obrigado.”

— Tomou da palavra o Senhor Deputado Paulo Jorge Soares e disse, citando: “Senhor Presidente em exercício posso dizer-lhe que não tenho conhecimento de, qualquer membro do PSD ser colocado nesse posto, até porque seria e passando a expressão, «uma tontaria». Ainda, dizer-lhe o seguinte: Estou 100% de acordo com o que o Senhor Presidente em exercício disse. Oui seja, mais vale demorar mais tempo e termos efectivamente um posto novo, recente, com todas as condições que merece. É preferível isso do que em certas situações que, infelizmente, vamos vendo, não sendo possível fazer-se de riz, vai-se andando com remendos. Por isso, acredito que o PSD tem todo o interesse e terá todo o nosso apoio em ajudar neste tipo de situações. Obrigado.”

— Tomou da palavra o Senhor Presidente da Mesa e disse, citando: “Temos uma proposta apresentada à mesa desta Assembleia por parte do grupo parlamentar do PSD sobre: Transmissão radiofónica e por todos sociais das sessões das assembleias municipais. Vou de seguida colocar à votação a aceitação da mesma e se for aceite, passará a ser o nosso 11º ponto da ordem de trabalhos e será posteriormente discutida, no momento oportuno.” De



seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a aceitação da proposta, sendo a mesma aprovada, por unanimidade, passando a constar como o 11º ponto da ordem de trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal.

ORDEM DE TRABALHOS

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para dar início à ordem de trabalhos:

PONTO UM

APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTA N° 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2020;

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto à discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

Não houve inscrições.

Os Senhores Deputados Carlos Manuel Pacheco Lobo, Hugo Pires Viana, José António Nogueira Taipa Rego e José Manuel Pereira, por impedimento legal, não participaram na votação, dado não terem estado presentes na Sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de junho de dois mil e vinte, sendo a proposta aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor.

PONTO DOIS

APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTA N° 4 DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 30 DE JULHO DE 2020;



----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

----- Não houve inscrições.

----- Os Senhores Deputados Carlos Manuel Pacheco Lobo, Hugo Pires Viana, José António Nogueira Taipa Rego, Sónia Cristina Alves Barbosa e José Manuel Ferreira, por impedimento legal, não participaram na votação, dado não terem estado presentes na Sessão da Assembleia Municipal de trinta de julho de dois mil e vinte, sendo a proposta aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor.

PONTO TRÊS

----- INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições. Inscriceram-se para usar da palavra:

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Miguel Pereira começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: "A minha intervenção é muito curta, versa sobre três pontos. O primeiro, na abordagem que a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara faz na parte desportiva, menciona um corrupto de itens, de temas que têm sido, supostamente, abordados junto das nossas associações e a pergunta diceta, é: Como é que está a correr o arranque desportivo e como têm feito essa parte com as nossas associações? Como é que têm feito com os exames médicos e com as inscrições dos que são federados? Gostaríamos de ter uma abordagem nesse sentido. Depois, tornando-me repetitivo e peço desculpa ao



público, creio que já há dois anos que tenho vindo a falar disto, nesta casa, na informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, tem uma série de informações sobre o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e eu pergunto: Para quando é que temos o plano no nosso concelho? Já nos envergouha não termos este plano. Somos o único concelho da região que não tem plano. Na minha opinião e na opinião da bancada do Partido Social Democrata, o combate aos incêndios florestais começa agora, não começa em meados do mês de Junho ou Julho. Começa agora e temos de ter este plano em ação, no fim de tanto tempo de inoperância. Por fim, quem conseguir em casa, também versa sobre esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, na parte em que fala em que falta da Polícia Municipal, conseguir através da box da TV por cabo, retroceder no tempo, aconselho que vejam uma reportagem de sexta-feira, no Telejornal da TVI, onde passaram uma reportagem sobre a Polícia Municipal de Sintra. Informam-nos que Sintra é governado por uma autarquia socialista. É um exemplo daquilo que deve ser o trabalho da Polícia Municipal em contexto de pandemia. Eu creio que a Polícia Municipal, aqui, tem que ter um trabalho muito importante na mitigação desta doença, mantendo a ordem pública, estar junto das pessoas e das nossas escolas. Há, aqui, tanto trabalho que a nossa Polícia Municipal poderia estar a fazer e por uma guerrilha interna, que nós desconhecemos, não o está a fazer. É preciso perceber, de uma vez por todas, se a Câmara Municipal vai utilizar, pelo menos neste momento, só pedimos, pelo menos neste momento da pandemia e contingência, uma ferramenta que temos, ao dispor da nossa população, em prol de todos e que é a Polícia Municipal. Reportagem da TVI, na última sexta-feira, às 20:45 horas, poderá ver aquilo que tem sido o trabalho feito em Sintra pela Polícia Municipal. Obrigado.”



----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício e disse, citando: "Quanto ao arranque da época desportiva, está a ser muito difícil, aqui e em todo o país. Ajudamos e temos falado com todas as associações no sentido de as coisas decorrerem sob o ponto de vista da saúde pública, o melhor possível que é, neste momento, a nossa maior preocupação. Veremos como é que as coisas vão arrancar, ainda há pouco falava disso, ninguém sabe como é que as coisas estarão daqui a um mês, mas, os clubes estão prontos a arrancar as suas épocas desportivas. Todos eles já começaram os treinos em muitas modalidades, temos dado o apoio necessário e relativamente às inscrições e exames médicos, está tudo resolvido. A Câmara Municipal, mais uma vez, este ano assegurará as inscrições e os exames médicos, como tem sido hábito nesta casa. Quanto ao plano municipal de defesa contra incêndios, da parte da Câmara Municipal está concluído, aguarda parecer das entidades externas que demoram o seu tempo. A verdade é que gostaríamos de tê-lo mais rapidamente pronto, mas já o disse, aqui, há uns anos, ele só não saiu na altura em que deveria ter saído porque entendemos defender o nosso concelho, o nosso território, daquilo que poderiam ser consequências dramáticas para o nosso PDM e para as implicações que teria em muitas empresas, sobretudo empresas do nosso concelho se não fosse negociado. Foi muito duro, muito difícil, negociar o plano que, do ponto de vista de mancha florestal, é muito pequeno e demorou muito tempo a negociação em defesa do nosso território. Os planos municipais de defesa contra incêndios, obviamente que isto dava uns sound bytes e percebo perfeitamente isso, também, já estive desse lado da bancada e, também, aproveitava, algumas vezes, este tipo de situações para mandar uns sound bytes e isto agora vamos incinerar todos e o concelho vai ser implodido de incêndios, pelo facto de não termos o plano municipal de defesa contra incêndios.



Obviamente que não. Basta conhecer e saber o que é um plano municipal de defesa contra incêndios para se ter a noção de que não é por aí que a questão do combate será mais ou menos eficaz. A questão do trabalho de prevenção dos incêndios, mais ou menos eficaz, tem sido feito com várias instituições do concelho, designadamente os bombeiros e curiosamente, este ano, mais uma vez, o concelho de Paços de Ferreira foi um dos concelhos, do ponto de vista do número de ignições e área ardida, dos mais baixos do país, apesar de ter sido um ano muito difícil. Em todo o país foi um ano difícil, mas o nosso concelho, obviamente, teve alguns incêndios, mas não foi pelo fato de não termos um plano de defesa contra incêndios. Agora, estamos conscientes que ele está atrasado, já lixe oportunidade de dizer que a responsabilidade é nossa e só está atrasado porque queríamos evitar problemas muito sérios do ponto de vista de ordenamento do território no futuro. Isso está garantido, valeu a pena termos parado mais algum tempo. Agora são os trâmites normais que este tipo de situações acarreta, os prazos não dependem de nós, mas contamos tê-lo relativamente em breve pronto, para podermos apresentá-lo a esta casa e colocá-lo para discussão pública, ficando esse problema resolvido. Quanto à questão da Polícia Municipal e de retroceder a televisão, foi o que eu lhe disse é, também, mais um sound byte interessante. O trabalho que é feito pela Polícia Municipal no nosso concelho é feito juntamente com a GNR, ou seja, neste momento, estamos a fazer como fizemos no passado, mais reforçado este ano. A questão do trabalho, também, na parte da prevenção da pandemia, tem sido feito diariamente em concertação, em conjunto com a GNR. É público e notório o diferendo que existe entre os agentes da Polícia Municipal mas, somos uma equipa e estamos, aqui, para defender o interesse público, entendemos que o interesse público deve ser defendido. Nós nunca nos opussemos a que, em



algumas circunstâncias, pudesse ser feito trabalho extraordinário. Os Senhores Agentes estão em greve às horas extraordinárias há muito tempo. Quanto a isso é a luta normal e eu como homem de esquerda valorizo muito a luta sindical, por isso, eles estão em luta sindical. De um lado está a Câmara Municipal que entende defender os interesses da comunidade de uma determinada forma e do outro lado, legitimamente, a Polícia Municipal que entende que a solução seja outra. Claro que isto daria para outro tipo de conversa relativamente à própria génese da Polícia Municipal. A Polícia Municipal não é uma força como a GNR, nem como a PSP, de todo, é uma força importante, mas não tem características nem pouco mais ou menos similares. Nós temos, ainda há pouco falámos, o reforço da GNR no concelho com a construção da nova esquadra em Vreamunde, as obras no posto da GNR de Paços de Ferreira e do ponto de vista da segurança o nosso concelho estará muito melhor, com toda a certeza, tendo em conta a dimensão do nosso concelho, um dos melhores do país em termos de segurança, sem prejuízo destas questões internas que sempre existem. Seria muito mais fácil atrair dinheiro para cima do problema, nunca foi essa a nossa solução, obviamente estamos aqui para defender o interesse público, entendemos que é este o caminho. Quem não concorda com ele é legítimo que o faça, mas nós não escutamos, aqui, para dizer que sim a toda a gente. Estamos, aqui, para cumprir um programa, defender o interesse municipal e entendemos que este é o caminho. Se entenderem que esse não é o caminho, temos eleições para o ano, cada uma das forças políticas que for a votos terá oportunidade de dizer de sua justiça, relativamente, também, à Polícia Municipal. Muito obrigado.”

— Tuitou da palavra o Senhor Deputado Miguel Perira e disse, citando: “Muito obrigado pela resposta clara, Senhor Presidente em exercício. Não



concordamos, sobretudo o que refere, relativamente à Polícia Municipal. Olhamos para a Polícia Municipal, não só pela questão da segurança que pode ou não trazer o território. A Polícia Municipal tem uma série de diretrizes que poderia colocar ao dispor da população e não está restrita, pura e simplesmente à questão da segurança, de manter a ordem pública porque nem é nenhuma das suas competências, vai muito mais além. Da parte da bancada do Partido Social Democrata, entendemos que, neste momento sim, a Polícia Municipal deveria ter outro papel no nosso concelho. Entendemos sim, que esta guerra não faz sentido. Entendemos sim, não queremos perceber quem é que tem, ou não razão. Simplesmente, o bem maior, seria termos a Polícia Municipal ao dispor de cada cidadão do nosso concelho. As lutas e as guerrilhas entre sindicatos, entre a Câmara Municipal, ao comum cidadão pouco importa. E, aqui, não é um sound byte Senhor Presidente em exercício, aqui, é um facto que, em concreto, neste momento, a nossa Polícia Municipal às 16:45 horas não pode sair para uma patrulha, não pode sair para ir fazer qualquer diligência, porque às 17:00 horas acaba o seu serviço. Senhor Presidente, neste momento, sim, o PSD defende que a Polícia Municipal devia ter outro papel no nosso concelho.”

— Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício e disse, citando: “Meu caro Miguel Pereira, eu concordo com tudo o que disse, agora, também, convém não andarmos nos redondos. Obviamente que sim, agora sabe quantos agentes da Polícia Municipal nós temos? Não temos muitos, temos poucos. Concorda com a abertura de um concurso público para recrutarmos mais 15 ou 20 polícias municipais e fazemos, aqui, uma nova força com 20, 30 ou 40 elementos? Eu não concordo. Sinceramente e não é uma questão de opção, é uma questão de gestão dos dinheiros públicos. Se



livéssemos numa situação financeira diferente, obviamente, faria todo o sentido nós, talvez, pensarmos e reforçarmos o trabalho da Polícia Municipal. Agora, não vale a pena fugirmos à realidade, a nossa situação é muito difícil e não dá para tudo, como é óbvio. A Polícia Municipal, o número de efetivos que temos neste momento, não é suficiente para transformarmos a Polícia Municipal naquilo que ela nunca foi, nem nunca será e claro, que a direita e, sobretudo, a extrema-direita tem muito na génese dos seus valores e princípios, a criação de um Estado policial em que todo o cidadão deve ter atrás de si um polícia. Nós não concordamos com isso, eu pessoalmente não concordo com isso. Mais, os índices de segurança ou de insegurança no nosso concelho são reveladores que o nosso concelho na questão da segurança é um dos concelhos mais seguros do mundo. Não é da Europa, do mundo. Problemas há sempre, mas o nosso índice de incidentes ao nível da segurança é tecnicamente residual, sem desprimo para o trabalho que a Polícia Municipal faz, a Polícia Municipal trabalha todos os dias e faz e bem o seu trabalho. Agora nós temos, felizmente, uma larga dezena de agentes da GNR, em dois postos diferentes, que fazem um outro tipo de trabalho. Um trabalho de proximidade do ponto de vista da segurança das pessoas, que é um trabalho incomensurável de 24 horas por dia e em conjunto com a Polícia Municipal. Agora, claro que é tudo uma questão de opção. Mas, têm noção que criar, no nosso concelho, uma força da Polícia Municipal com 30 ou 40 elementos, representaria um custo elevadíssimo e que não se justifica tendo em conta o fim a que se destina a Polícia Municipal e, sobretudo, o índice de insegurança que existe no nosso concelho e aquilo que é a nossa aposta. Isso sim, apostarmos fortemente nisso e no trabalho que tem sido feito junto do Ministério da Administração Interna que foi, felizmente, muito recentemente, concluído com a criação do novo posto da GNR de Freamunde. Aquilo que



nós entendemos é que devemos reforçar, isso sim, os meios do Estado, porque a segurança é uma responsabilidade do Estado, não é das autarquias. O Estado tem obrigação de investir aqui e isso está garantido. As pessoas quanto à questão da segurança não tem razões para se preocupar do ponto de vista do número de agentes, temos é que dar melhores condições e está garantido. A Polícia Municipal, é verdade que temos aqui um problema, é legítimo que eles defendam os seus interesses, agora, para nós também é legítimo que defendamos os interesses do Município. Na vida quando há acordo, há acordo. Quando Não há acordo, não há acordo. Enquanto houver esta intransigência por parte dos agentes da Polícia Municipal, não haverá acordo e sem que isso ponha em causa a segurança das pessoas. Claro está que isso, também, dá para vir para os jornais e para outros órgãos de informação dizer que isto é o fim do mundo, vamos todos morrer assassinados e roubados porque não há Polícia Municipal na rua. Está fora de questão, a função da Polícia Municipal não é essa, ela está a trabalhar e bem, são muito competentes no trabalho que fazem diariamente. Quanto ao resto, isso sim, foi uma prioridade nossa desde o início do mandato anterior, de reforçar a GNR e está, felizmente, a ser conseguida com o novo posto da GNR de Preamunde.”

— Tomou da palavra o Senhor Deputado Miguel Pereira e disse, dizendo: “Senhor Presidente em exercício, depois desta intervenção, só lhe faltou mesmo a prontidão de afirmar que quer acabar com a Polícia Municipal no nosso concelho. É uma opção política, legítima, mas que não estava no manifesto eleitoral do Partido Socialista em 2017. Mas se é uma convicção – temos de ser leais às nossas convicções - e depois desta intervenção, é legítimo. Agora, só estamos à espera que traga este assunto à Assembleia, o fim da Polícia Municipal. Aqui, também, deixe-me dar-lhe uma nota, depois toda a



retórica, acho que tem mesmo que ver a reportagem da TVI da última sexta-feira às 20:45, porque a Polícia Municipal serve, sim, para muita coisa e sim, a Polícia Municipal do concelho deveria ser reforçada. É uma opção política legítima do Partido Social Democrata e não nos envergonhamos com isso. Achamos que poderiam estar a fazer um trabalho muito melhor em prol do nosso concelho."

----- Tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício e disse, citando: "Obviamente que ninguém, aqui, disse que queria acabar com a Polícia Municipal. Agora o que nós não fazemos é demagogia à volta disto. Isso não fazemos e reforço mais uma vez a questão: A direita tem muito a ideia do Estado policial e adora a questão de ter polícias em todos os cantos. Nós também, gostaríamos de ter a possibilidade de termos mais funcionários do Município a fazer obras na rua, termos mais funcionários para disponibilizarmos às Juntas de Freguesia, mas, nós temos um problema: um orçamento. Nós não fazemos aquilo que vocês faziam antes que era dever de pagar as vossas contas durante 3 anos. Isso nós não fazemos nesta casa e é fácil de ver, a taxa de execução orçamental, nós só fazemos aquilo que conseguimos pagar e tudo nesta casa tem um princípio que está na génese de qualquer tipo de opção política que é: Temos capacidade financeira para suportar uma coisa destas? Isso que está a dizer tem de ser contraposto, como e onde é que vai buscar o dinheiro. É sempre assim, agora, o que nós entendemos é que o reforço da Polícia Municipal não faz parte, nem nós nunca dissemos que ímamos reforçar a Polícia Municipal, no sentido de termos, aqui, uma terceira força ao nível da GNR. Isso está fora de questão, a dimensão do nosso concelho não o justifica. Não podemos comparar concelhos absolutamente incomparáveis, como é o caso de Sintra. Não tem, rigorosamente, nada a ver



sobretudo, o índice de sinistralidade e a dimensão da população. Agora, o nosso concelho do ponto de vista da Polícia Municipal tem um trabalho que é importante, que o faz, mas é um trabalho que está circunscrito aquilo que são as suas competências. O trabalho de segurança é da GNR e isso sim, nós quisemos, ao longo destes quase 7 anos de mandato, ter um sinal inequívoco por parte do Governo, que jamais estariamos perante a possibilidade de termos uma redução de efetivos e até o encerramento de um dos postos, o de Freamunde. Conseguimos, ou seja, do ponto de vista da segurança, o problema em Paços de Ferreira está resolvido. Os agentes da Polícia Municipal fazem o seu trabalho, durante o seu horário de trabalho, fora do seu horário de trabalho temos, obviamente, aquilo que são as forças de segurança que estão dispostas a trabalhar e a assegurar a segurança durante 24 horas. Agora, ninguém disse que queria acabar com a Polícia Municipal, mas, também, não dizemos isso, não o faremos, que é transformar o nosso concelho, com a nossa dimensão, com 40 agentes da Polícia Municipal. Basicamente isso seria o Estado da Baía, Municípios como Fortaleza. Nós estamos na Europa e isto não é o Brasil. Não temos essa necessidade e, também, não temos outra coisa que é capacidade financeira para tudo isso. Não temos, mas já percebi que essa é a vossa proposta, o povo decidiu." -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO QUATRO

ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA CELEBRADO NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016 COM O FUNDO DE



APOIO MUNICIPAL;

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Miguel Martins começando por cumprimentar todos os presentes na sala e por videoconferência e disse, citando: "Senhor Presidente em exercício o PSD regista com agrado a reposição da legalidade do IMI, com este aditamento ao contrato que agora é celebrado. Neste momento estão criadas as condições para que o Senhor Presidente e o executivo possa cumprir o que prometeu, em plena campanha, que seria reduzir o IMI para a taxa mínima, é o que esperamos a partir do próximo ano de 2021. Muito obrigado."

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Lopes e disse, citando: "Eu, se calhar, começava por sublinhar o facto de que, este patecer por parte do PAM, esta proposta e a aceitação da venda, é provavelmente a maior derrota política do PSD nos últimos dois anos. Por várias razões. Em primeiro lugar, por causa da intervenção que acabou, aqui, de ser feita, que deixou claramente perspetivada aquela que é a perspetiva do PSD, de não ter uma orientação sobre aquilo que é a sua posição sobre o IMI. Portanto, apontou-as e muito para um extremo como a seguir, apontou-as e muito para outro extremo, totalmente diferente. Em segundo lugar, porque eu gosaria de perceber se vai haver algum retratamento por parte do Partido Social Democrata no que respeita às mensagens enganosas que andaram, permanentemente, a dar à população relativamente aquilo que era a obrigatoriedade do aumento da taxa. Posters em público a dizer obrigado pelo aumento do IMI que nunca aconteceu, mas que, também, nunca vi nenhum retratamento. Em terceiro lugar, recordar o Partido Social Democrata que, se opôs aquele que foi o voto de manutenção da taxa de



IMI, porque considerava que ela punha em risco as contas e depois, vamos sublinhar bem isto, aproveitou esta questão que acabou de apresentar, como sendo uma questão de esquema de legalidade. A suposta existência de um esquema de legalidade ou não. Mas vamos por partes, eu aconselhava o Partido Social Democrata a ler o relatório que o FAM mandou. Porque nós, quando fazemos propostas desse tipo, como aquela que foi acabada de fazer, ali, temos que a fazer com responsabilidade e seriedade. Basta ler o terceiro parágrafo da receita do relatório, que está lá bem clarificado por parte do FAM, como é que o Município deve gerir essa questão. Mas, o Partido Social Democrata prefere jogar no populismo e inverter logo a posição e vir aqui pedir uma redução de taxa. E este grau de irresponsabilidade deve ser assumido da vossa parte. Nós temos que saber, exatamente, do que estamos, aqui, a falar e se há uma razão para esta proposta, que o Município fez, se aprovada é o facto de existir uma boa gestão das contas públicas. Coisa que eu compreendo que vocês não entendam, mas que é o dever do executivo manter. Eu sei que o Partido Social Democrata não consegue compreender estas temáticas de boa gestão, questão das contas, manter as contas equilibradas, mas é por esta razão que os municípios de Paços de Ferreira vão poder beneficiar da manutenção da taxa de IMI da maneira como ela foi proposta nesta câmara. Eu agradecia que, se a vossa postura é uma postura de desresponsabilização total, assumam publicamente com as devidas consequências, naturalmente. Muito obrigado." -----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Miguel Martins e disse, citando: "O Senhor Deputado Hugo Lopes não deve ter lido o relatório, devem ter-lhe sublinhado só algumas partes interessantes para chamar a atenção. O que o relatório diz, claramente, é que este aditamento, esta adenda vem corrigir aquilo que nunca devia ter sido feito, ou seja, vem aqui repor a legalidade de



deverem baixado o IMI. O PSD nunca, mas nunca, e o Senhor Deputado Hugo Lopes pode prová-lo, aqui nessa casa, nunca disse, em relação ao IMI que nós não podíamos aprovar o IMI naqueles termos, foi porque ele não cumpria o contrato do FAM que tinha sido assinado por vocês. Foram vocês que o negociaram e que o assinaram e mal o assinaram, vieram logo fazer tábua rasa dele e o PSD, aqui, de forma responsável disse que não podia dar o seu aval a esse tipo de procedimento. Isso foi que o PSD fez. Pode o PS dar as voltas que quiser, quanto a este assunto que, o que aconteceu, foi isso. Chamou responsabilidade, Dr. Hugo Lopes, porque há um parágrafo que, também, diz que se for acarreadada essa despesa, poderá ser reduzida a taxa mínima. Devo lembrar, também, o Dr. Hugo Lopes que o PS foi eleito com a promessa de baixar o IMI para a taxa mínima. Obrigado."

----- Tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício e disse, citando: "Quanto a isto, se há assunto, perdoem-me a sinceridade, que o PSD deveria ter, pelo menos, algum pudor a falar é sobre as contas e convém contar a história toda. O Senhor Deputado sabe porque que é que temos o PAM, porque é que foi necessário aderirmos - fomos obrigados - ao plano de ajustamento municipal ou não saber? Porque os Senhores tinham metido em várias gravetas, aqui, na Câmara 60 milhões de faturas, 60 Milhões de contas de faturas que pagar, muitas delas com 3, 4, 5, 6, 7 anos de atraso e esta Câmara não tinha capacidade financeira para honrar esses compromissos e fomos obrigados a ter aqui a troika. Exclusiva responsabilidade do PSD, convém nunca esquecer isso. Esta história começou assim: Era uma vez uma Câmara que foi gerida durante 37 anos por um conjunto de cidadãos que, sobretudo, nos últimos dois mandatos, andaram a gastar o que tinham e o que não tinham e fizeram com que esta Câmara tivesse, só de faturas de dívidas a fornecedores,



a modesta quantia de 60 milhões de euros. Por causa disso, como não tínhamos dinheiro para pagar, fomos obrigados a aderir a um plano de ajustamento municipal que tinha uma série de prorrogativas, que os senhores votaram a favor e uma delas era aplicar a taxa máxima de IMI. O que é que fizeram os autarcas do PS? Meteram a cabeça no cepo, porque é para isso que aqui também estamos, dissemos não. Nós entendemos que não necessitamos da receita que o IMI dá à Câmara pela aplicação da taxa máxima, entendemos que não é necessário e apesar de estarmos, claramente, a violar aquilo que era o plano de ajustamento municipal, nós estamos, aqui, nesta casa para defender o interesse público. Nós não somos mecos formalistas. Não vimos para aqui ler o que está escrito no contrato e aplicá-lo ipsius verbis, mesmo sabendo que está a prejudicar a população. Não. O que os autarcas do PS fizeram foi dizer não concordavamos com isso e entendemos que aplicando a taxa máxima conseguimos honrar os compromissos. A verdade é que, meterendo a cabeça no cepo, contra aquilo que os senhores Deputados e os Senhores Vereadores do PSD fizeram, honramos aquilo que eram os nossos compromissos, cumprimos religiosamente o plano de ajustamento municipal com a receita da taxa do IMI, tal qual como ela está. Vir, agora, aqui, propor a redução para a taxa mínima do IMI é de uma falha decoro absolutamente monumental, absolutamente imperceptível. Os Senhores que, durante este tempo todo, andaram sempre a fazer queixinhas, referindo que nós não estávamos a aplicar a taxa máxima e estávamos obrigados a isso. Fazer queixinhas sempre foi o vosso papel. Neste momento, vêm, aqui, com uma distinta lata, dizer não Senhor, agita, vocês têm que aplicar a taxa mínima. Senhor Deputado enquanto nós cá estivermos as pessoas podem ter uma certeza, do ponto de vista fiscal só não aplicaremos o mínimo que podemos, se não o conseguirmos. O que nós fizemos



relativamente ao IMI, neste concelho, faz-me sentir um imenso orgulho nas pessoas do executivo e, também, na bancada do PS que, mesmo sabendo que estavam a votar uma taxa que não estava prevista e estabelecida no PAM, a verdade é que assumimos que não era necessário aplicar a taxa máxima e que pouparamos milhões de euros ao nosso concelho, sem pôr em causa aquilo que é o cumprimento do PAM. O que dizem, aqui, nesta tal proposta que o Senhor Deputado, provavelmente não leu, os Senhores do FAM é que a proposta de revisão do plano de ajustamento municipal contempla um conjunto de medidas e metas, diferentes das previstas no plano inicial, que asseguram o cumprimento do serviço da dívida, mantendo o equilíbrio orçamental no Município. Foi isso que nós sempre dissemos no início, a verdade é que podíamos ter feito o que os Senhores queriam, durante quatro ou cinco anos aplicávamos a taxa máxima do IMI e vinhemos, aqui, hoje, com este documento dizer: Não, mas a partir de agora, vamos aplicar a taxa mais baixa, porque o FAM já nos permite. Não meu caro, durante estes anos todos, graças aos eleitos do PS o povo de Paços de Ferreira teve a taxa mais baixa de sempre, relativamente ao IMI. Vir dizer e propor aquilo que o Senhor Deputado veio, aqui, propor, o que eu lhe digo é que são propostas, todas elas relacionadas com questões financeiras vindas do PSD e, pelo menos, até, esas dívidas todas estarem pagas, acho que é um bocadinho de falta de decoro para um partido que nunca teve, pelo menos, a coragem e a honestidade política para vir a esta casa assumir perante os cidadãos do concelho, os erros monumentais que fizeram. Erros que nos obrigaram a ter a Itoika neste concelho e a verdade é que fruto do muito esforço, de muita gente, foi possível ao longo destes anos todos sem aplicar a taxa máxima de IMI, cumprir religiosamente este plano. Aquilo que temos, hoje, aqui, nesta Assembleia é a prova inequívoca que nós tínhamos razão, mas a



verdade é que, na altura própria, foi preciso alguém com a coragem de assumir esta posição, sabendo à partida e designadamente os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente da Câmara, directamente podiam ter responsabilidades pessoais nisto, nós tínhamos consciência disso. Assembleia Municipal não, mas relativamente aos Vereadores, nós sabíamos que podíamos ser responsabilizados pessoalmente por estarmos a fazer isso. Mas, entendímos que isso era o correto, garantia a defesa dos cidadãos e assumirmos. É com muito orgulho que a proposta do PAM que aqui está, garante-nos a legalidade daquilo que nós fizemos no passado e garante a sustentabilidade das nossas contas, basta ler os relatórios dos últimos anos para se perceber que, quanto a contas, estamos falados.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Miguel Martins e disse, citando: “A minha intervenção será, extremamente, rápida. Queria dizer duas coisas e deixar aqui três questões ao Senhor Presidente em exercício: Quem negociou o PAM, foi o Partido Socialista. Quem assinou o PAM, foi o Partido Socialista. Quem concordou com as condições impostas pelo PAM, foi o Partido Socialista. Quem violou o acordo que tinha assinado, quis violar e assumiu, aqui, que violou indi contra aquilo que tinha assinado, foi o Partido Socialista. Obtigado por nós terem dado razão, quando nós dizemos que este memorando, este aditamento veio repor uma legalidade que não estava a ser cumprida.”-----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Hugo Lopes e disse, citando: “Eu não vou tecer mais comentários, relativamente aos seus consecutivos comentários sobre o que eu leio ou o que eu não leio, o que eu faço ou o que eu não faço, essa é a vossa continuada tentativa de personalização do debate. Eu falei do Partido Social Democrata, por isso, eu vou repetir, eu vou-me deixar desse tipo de comentários, mas faço questão de sublinhar uma coisa: Por acaso



o Partido Social Democrata votou contra o PAM? Votou contra? Não. Votou a favor. De imediato o que é que disse? Um plano que foi efectuado para pagar a dívida que vocês fizeram. Teve de ser negociado com as condições que já estavam previstas pela troika, porque era o que tinha de ser e a seguir o que é que vocês fizeram? Apresentar um cartaz a dizer «Obrigado, Humberto Braga, pelo aumento do IMI para a taxa máxima» quando vocês votaram o mesmo plano. Aprovaram o plano que, claro que tinha que ser votado, até porque vocês não iam votar o plano que ia pagar a dívida que vocês fizeram? Era óbvio, tinha de ser e as condições que a troika impunha, nós tínhamos de as assumir. Agora, isso é que é desfaçatez, uma forma de passar a mensagem totalmente desajustada da realidade à população. Essas práticas são conhecidas, por isso, não é novidade para nós. Muito obrigado.”

— Tomou da palavra o Senhor Presidente da Câmara em exercício e disse, citando: “Perdoem-me reiterar isto, mas acho que é inacreditável, mas inacreditável mesmo. As perguntas todas que fez, faltou-lhe fazer uma, primeiro ou, pelo menos, uma afirmação. Quem é que fez esta dívida que nos obrigou a aderir ao PAM? Isto é que ninguém responde. Mas, diga lá Senhor Deputado, as dezenas de milhões de euros de faturas que estavam metidas na gaveta, quem é que as fez? Fomos nós? Não somos. Nós fomos obrigados a aderir a esse maldito PAM. Fomos obrigados, ninguém o queria. Mas, há uma coisa que nós não fizemos, os Senhores no dia em que votaram, aqui, a favor do plano de ajustamento municipal, onde, numa das alíneas estava escrito a aplicação da taxa máxima de IMI, vocês no dia em que votaram a favor, no mesmo dia, exigiram que nós, Câmara, aplicássemos a taxa máxima de IMI, mas não o fizemos. Violamos o PAM? Violamos Senhor Deputado. Por interesse próprio? Não Senhor Deputado, pelo interesse da população. Pelo interesse da população e é



por isso que cá estamos. Agora, se da sua parte nenhuma vai haver, eu sei que nunca haverá, qualquer tipo de recuo, só um bocadinho, uns dias antes da adesão ao PAM, e responder à questão: O que é que nos levou a termos obrigados a aderir ao PAM? Mas, isso é só conversa, o povo do concelho sabe a história toda e não vale a pena estarmos, aqui, a chover no molhado. Relativamente à questão do PAM, digo-lhe que tenho imenso orgulho e, por isso, é que eu sou autarca e sempre gostei muito da vida autárquica. Tenho muito orgulho de fazer parte de uma equipa que teve a coragem de violar um plano que iria contra o interesse das pessoas, contra o interesse das nossas famílias. Estivemos a viver e a atravessar uma fase muito difícil nas nossas empresas, o impacto do aumento do IMI para a taxa máxima, para muitas das nossas lojas e para muitos dos nossos armazéns e fábricas, era monumental. Algumas empresas poderiam nem sequer suportar tal aumento, era uma coisa descomunal aumentar para o máximo. A verdade é que não o fizemos, não precisamos desse dinheiro para pagar as nossas dívidas e assim vamos continuar. Muito obrigado.”

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO CINCO

4º ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO ORÇAMENTAL), COM AS PREVISÕES CORRIGIDAS E ENCARGOS PLURIANUAIS REPARTIDOS;

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

Não houve inscrições.



----- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e oito abstenções.

PONTO SEIS

----- **DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA; TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL;**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto à discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

----- Não houve inscrições.

----- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO SETE

----- **RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 DA PROFISOUZA - ASSOCIAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL DO VALE DO SOUSA;**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto à discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

----- Não houve inscrições.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO OITO

----- **TRANSPORTES ESCOLARES DO 1º CICLO/PROTÓCOLO DE PARCERIA – ANO LETIVO 2020/2021;**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto



a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

Tomou da palavra o Senhor Deputado Miguel Martins e disse, citando: "Em relação a este ponto, a bancada do PSD regista com agrado esta delegação de competências nas Juntas de Freguesia, no âmbito dos transportes escolares do primeiro ciclo. Gostaríamos de deixar um apelo, devido aos tempos que correm, que esta delegação de competências, nesta área específica e, sobretudo, dos transportes escolares do primeiro ciclo, possa ser estendida a todas as Freguesias e, também, a todos alunos do concelho. Muito obrigado."

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO NOVE

PROPOSTA - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM LUGAR DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANISTICA;

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

Não houve inscrições.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada, por escrutínio secreto, por unanimidade.

PONTO DEZ

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA DE ATIVIDADE DE PSICOLOGIA;

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto



a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

----- Não houve inscrições.

----- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor e oito abstenções.

----- O Senhor Deputado Hugo Viana não participou na votação, por se ter ausentado da sala.

PONTO ONZE

----- PROPOSTA - TRANSMISSÃO RADIOFÓNICA E POR REDES SOCIAIS DAS SESSÕES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS, APRESENTADA PELO GRUPO PARLAMENTAR MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA;

(Assunto não incluído na Ordem de Trabalhos)

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para submeter o assunto a discussão, abrindo, de seguida, as inscrições:

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Hugo Lopes e disse, cirando: "Relativamente a esta proposta, naturalmente, que é nossa dúvida, relativamente à apresentação da mesma, pretende-se com o facto de querermos discutir e fazer uma proposta alternativa, relativamente a este assunto. Passando aos considerandos: Em primeiro lugar, dizer que, apesar de terem feito referência que, já, é a terceira vez que ela é colocada a votação, sublinhar o facto do enquadramento legal vigente à data. Era o nosso entendimento e sempre foi, de que não se aplicaria a sua aprovação. Por outro lado, eu considero que seria importante nós sublinharmos, aquilo que foi a nossa deposição permanente de confiança na comunicação social presente nas assembleias e na forma como a comunicação social reporta o que se passa aqui. Eu acho que isto era, também,



relevante e de sublinhar. Em terceiro lugar, compreendo, apesar de não aceitar e estou certo de que é a posição da nossa bancada, compreendo esta ideia do PSD de pôr as propostas, sistematicamente à votação até que as mesmas sejam aprovadas. Apresentam uma proposta, é reprovada. Apresentam outra proposta e é reprovada. Tentam mais uma vez. É uma prática que nós já vimos noutras áreas, mesmo ao nível da política nacional, contudo, o nosso entendimento é que isso não faz sentido. A partir do momento em que a nossa posição foi demonstrada, nós vimos, aqui, hoje, propor que, como deve de ser, que esse é que é o encadramento, esta possibilidade possa ser discutida em sede de revisão do Regimento da Assembleia, feita em conjunto entre as duas bancadas, como ela já é pedida e solicitada há algum tempo, Senhor Presidente, que termos verificado essa necessidade. A bancada do Partido Socialista, propõe que seja retirada a proposta de votação para todos nós, essa que deve ser a decisão de em conjunto podermos escrever a forma como isto será aplicado, caso contrário e numa perspetiva de cumprir com aquele que é o nosso princípio de mantermos a nossa posição e a coetânea, iremos, naturalmente, votar contra, porque foi sempre essa a nossa perspetiva. Achamos que isto tem que estar aplicado noutra dimensão. Obrigado.”

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Joana Araújo e disse, citando: “Senhor Deputado Hugo Lopes, tenho alguma dificuldade em perceber essa estratégia. Os Senhores aprovaram a aceitação da proposta para discussão e, agora, propõem que ela seja retirada e depois, ainda, falam em sound byte. Em primeiro lugar, nós não temos a tendência de vir, aqui, apresentar a proposta, vezes sem conta, caso contrário tínhamos apresentado a mesma em todas as Assembleias Municipais desde 2017, ou 2018 até agora. Nós falámos numa primeira Assembleia Municipal sobre o assunto e nem sequer foi a discussão.



Palamos em Fevereiro de 2019, apresentamos a proposta a discussão com a antecedência necessária, foi incluída na ordem de trabalhos, veio aqui e foi recusada. Agora, apresentamos a proposta, porque há uma Lei da República que vem dizer que pode ser transmitida. Aliás, esta Lei, creio eu, sobrepõe-se ao Regimento, aliás, o regimento tem que ser interpretado no âmbito e no respeito das Leis da República, digo eu. Outra questão que os Senhores colocaram, muitas vezes, foi a questão dos dados pessoais. Senhor Deputado esta Lei estabelece a obrigatoriedade da gravação e a colocação no sítio do Município, o que em termos de dados pessoais é muito pior do que a sua transmissão em direto, porque fica lá sempre. Põe em causa, por exemplo, o princípio da manutenção dos dados pessoais pelo escrito tempo necessário. O que está, aqui, em causa, a democracia sobrepõe-se a esses interesses. Se a minha voz pode estar permanentemente no site do Município, pode ser transmitido em directo, Senhor Deputado. Portanto, vim, agora, dizer que é porque o regimento não aceita, é desculpa Senhor Deputado. Eu acho que sobre a proposta, a posição da bancada do PSD e não tivemos tempo de discutir, mas, acho que eles concordam connigo, é não aceitar retirar proposta nenhuma. Mas, estamos sempre disponíveis para discutir o regimento, para melhorar o regimento. Agora, para encurtar em mais um sound byte, relativamente a este assunto, não Senhor Deputado.”

..... Tomou da palavra o Senhor Deputado Miguel Martins e disse, cito: “Senhor Deputado Hugo Lopes, fazendo um ponto prévio: O Senhor Presidente da Assembleia há duas semanas contactou-me, no sentido de fizermos uma reunião com os líderes de bancada, para discutirmos o regimento, ao que eu, de imediato, me disponibilizei, o Senhor Presidente pode confirmar, em qualquer dia e a qualquer hora, para o fazer. Só hoje é que o Senhor



Presidente me voltou a falar do assunto. Portanto, quanto à reunião que, há muito está pedida, há muito que existe a disponibilidade da bancada do PSD para fazer, com certeza, o Senhor Presidente da Assembleia não teve disponibilidade ou não reuniu os meios necessários, para a mesma acontecesse. Este é o ponto prévio que gostaria de deixar esclarecido, porque podia ter ficado no ar, que nós não quisemos essa reunião e isso não aconteceu. Segundo a Senhora Deputada Joana disso tudo. Acrescento, aqui, a questão política. Técnicamente, estamos perfeitamente ao abrigo da Lei nº 28, que veio, aqui, contra a posição que o Partido Socialista tomou. Quando havia dúvidas se era possível ou não fazer essa transmissão, a Lei veio esclarecer. O Senhor Deputado Hugo Lopes falou do regimento, eu deixo ao seu critério, para a dizer a toda a gente qual é o artigo do regimento que não está de acordo com a Lei. Não existe, é omisso. Sendo omisso e, por uma questão técnica, a Lei subrepõe-se ao regimento. Subrepõe-se, sempre, a Lei ao Regimento de qualquer órgão. A terceira questão é uma posição política. O PSD considera que a melhor forma dos nossos concidadãos ficarem a saber o que se passa nesta casa, é verem a transmissão, nós temos muito público, hoje, temos aqui a comunicação social, mas muita gente podia estar em casa a assistir. O Município tem o boletim informativo que faz essa disponibilização para toda a gente que quiser ver. Portanto, não é falta de meios, parece-me que é falta de vontade política. Politicamente, o PS não quer que se saiba o que se passa nesta casa. Nós nada temos a esconder e estamos, aqui, para dizer à população as nossas posições, portanto, isto é político. Devo dizer, também, que esta é a nossa posição, é ponto assente que vamos manter a proposta, se o PS não a quiser, tem a faculdade de a chumbar, votando contra. Apelo a cada um dos membros da Assembleia que pensem se é isso que querem. Se querem esconder o que se



passa nessa casa da população. Se quiserem que a população não possa assistir ao que se passa dentro dessa casa. Sei que o Senhor Deputado Hugo Lopes vai dizer, agora, que isso vai ficar gravado, mas se vai ficar gravado, porque não transcrevem em direto? É uma questão política, apelo a cada um dos membros da bancada do Partido Socialista que pensem se é isso que querem. Obrigado.”

----- Tomou da palavra o Senhor Presidente da Mesa e disse, citando: “O Senhor Deputado Miguel Martins falou da situação da revisão do regimento, de facto eu abordei esse assunto. Entretanto, ainda, não foi avante, a Fernanda Monteiro pode confirmar, porque nós estivemos a ver a Lei, que é recente, a Lei nº 28, e uma das coisas que temos de fazer é realmente perceber como é que os Serviços Técnicos como é que nós vamos disponibilizar isto no site da Câmara. A Lei diz que isso é obrigatório. Para além disso, há outra coisa que é a intervenção do público que vamos ter que mudar os moldes como ela feita, porque, também, temos que prever que o público, mesmo estando em casa, possa fazer essa intervenção. Nessas intervenções têm que chegar à Câmara com uma determinada antecedência e eu pedi aos serviços um levantamento. Inclusivamente, como a Câmara Municipal do Porto já vota nestes moldes, pedi para perceberem como é que estão a fazer. Por isso, ainda não fui feita esta reunião de revisão do regimento. Eu proponho que ela seja feita, o mais tardar, durante o próximo mês, para fazermos a análise e estudarmos o assunto e depois colocarmos isso em prática, nesta assembleia. Muito obrigado.” -----

----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Hugo Lopes e disse, citando: “Obrigado Senhor Presidente por ter falado daquilo que, naturalmente, eu ia falar, porque a questão é esta: Em primeiro lugar, nunca ninguém ouviu da nossa parte dizer que não queríamos que houvesse qualquer tipo de publicação ou transmissão das emissões. Nunca, em momento algum, ou seja, quando o

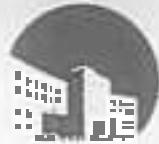


PSD diz que o PS não quer que a população saiba o que se passa, nessa casa, é um absurdo a todos os níveis. Aliás, chega dizer isso, chega para classificar esse tipo de intervenção. Depois, eu não queria estar a enveredar pela componente legal, mas a Senhora Deputada Joana teve a possibilidade de explicar que, realmente, a Lei prevê. Pois prevê. Prevê a transmissão ou publicação. Transmissão ou, se quiser, a publicação. A publicação é obrigatória, a transmissão é facultativa, certo? Por isso, eu acho que, nós estamos a dizer que a Lei assume que assim tem que ser, não é a realidade e eu não devo dar lições, ou de ensinar o padre-nosso ao vigário, naturalmente, mas agradeço que lesssem, com um bocadinho mais de atenção, porque é clara a posição legal. Não é, exatamente, como vocês estão a dizer, porque prevê que possa ser efectuado. Para poder ser efectuado, é aí que eu digo e o Partido Socialista considera, que isto tem que ser tratado em sede de regimento. Porque se não, o que o Senhor Presidente está a dizer, aqui, claro, é que nós não temos condições para poder assegurar a equidade por parte dos cidadãos de participar na Assembleia. Não é por acaso, que eu digo, que nós devemos discutir isto e preparar isto em sede de revisão do regimento e não na sede de uma proposta. O que é que esta proposta diz, relativamente à forma como nós vamos implementar isto, quando vamos implementar e em que condições é que os cidadãos terão todos a mesma equidade para participar na Assembleia? Não diz e, por isso, é que eu estava a dizer que isto tem que ser discutido em sede de revisão do regimento. O Senhor Presidente explicou devagarinho, eu acho que, também, ficou clara qual é a nossa posição, não há aqui nenhuma vontade de obstruir a divulgação de informação, até porque ela é obrigatória de acordo com a Lei, a questão que está em causa é: Esta proposta é uma proposta de transmissão em direto e, para se assegurar uma transmissão em direto, há condições que têm que ser



preparadas, do ponto de vista regimental e do ponto de vista técnico. Claro que vossas excelências não se preocupam com isto, porque isto é, apenas, como disse, a Senhora Deputada Joana, um sound byte, coisa que eu nunca disse nesta Assembleia. É um sound byte. Muito obrigado.”

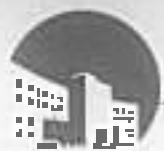
----- Tomou da palavra o Senhor Deputado Miguel Martins e disse, citando: “Senhor Presidente, eu trago aqui a Lei nº 28, de 2020 que agradece que distribuisse ao líder da bancada do Partido Socialista porque, com certeza por falta de tempo, não conseguiu ler, mas, eu passo a ler o que diz o parágrafo, Senhor Deputado e explicar-lhe aquilo que acabou de dizer. O que Senhor Presidente disse, é o que diz no ponto três: «Nas reuniões realizadas por videoconferência ou quando existem limitações à lotação da sala, a autarquia deve assegurar condições para a intervenção do público, quando as reuniões são realizadas por videoconferência - como é o caso de hoje - ou há limitações na sala» não fala das transmissões, sequer, Senhor Deputado, repare bem, o que estava a misturar. Mas, eu vou continuar a ler para ficar bem esclarecido, Senhor Deputado, «imediatamente através da possibilidade de envio, pelos cidadãos eleitores, aos serviços de apoio aos órgãos da autarquia, nos termos a definir por estes, da comunicação préviamente gravada que pretendem realizar na reunião». Repare que não fala em transmissão, fala da reunião por videoconferência, o que é muito diferente, que é o formato que nós estamos a ter, agora, neste momento. «Disponibilização de meios para gravação prévia nas instalações da autarquia ou para acesso em direto a videoconferência, através dos meios da autarquia». Não fala, nunca, está aqui na Lei, é textualmente. Se quiser eu vou deixar-lhe a Lei, porque, com certeza, não tem tempo para o fazer. O que diz a Lei é muito claro, permite fazer a transmissão. Não existe no regimento desta Assembleia, que fique muito bem claro, nada que impeça essa



transmissão. O procedimento para o público é feito por videoconferência ou por transmissão, tem de ser feito quando há videoconferência e a sala não disponha dos lugares necessários para as pessoas estarem presentes e darem o seu contributo, na hora e no local. Nada tem a ver com a transmissão, isto é uma questão política. O PS tem dois caminhos, ou aceita a transmissão e diz claramente, nós aceitamos a transmissão, porque achamos que é bem da democracia o devemos fazer, ou nós não aceitamos que se faça a transmissão, porque é afim com que arranjar um motivo, mas um motivo plausível e não arranje subterfúgios. Obrigado.”

Colocada a votação a aceitação da proposta, foi aceite, por unanimidade, passando a fazer parte integrante da Ordem de Trabalhos, como o Ponto Onze, para discussão e votação.

Colocada a votação, a proposta foi reprovada, por maioria, com dezassete votos contra dos Senhores Deputados Miguel João Coelho Costa, Carla Susana Matias Moura, Hugo Miguel de Sousa Lopes, Armandina Eduarda Ferreira Santos Loureiro, Vitor Hugo Pacheco Silva Nunes, José Carlos Nogueira Coelho, Joaquim de Magalhães Pinto, Virgínia Isabel Costa Carvalho, Francisco Freitas de Sousa Magalhães, Hugo António Cardoso Pires Viana, Joaquim Ferreira Martins, Ernesto Ferreira Lopes, Sónia Cristina Alves Barbosa, Luís da Costa Neto, Jocelino Gonçalves Moreira, José Manuel Ferreira, José António Nogueira Tripla Rego, treze votos a favor e três abstenções.



ENCERRAMENTO DA SESSÃO

----- Após proposta da do Presidente da Mesa, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, com vista à sua execucionalidade imediata.

----- Para constar foi lavrada a presente Ata que vai ser assinada pelos membros da mesa.

A MESA

----- O Presidente:

 
Demandina Edwanda F. S. Jovet

----- A 1ª Secretaria:



----- A 2ª Secretaria:





SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

Protocolo 1 - APROVAÇÃO DA INFORMAÇÃ O ALÍCTA N° 2 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2020

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Martins Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Souza Lopes	PS	X	
Armandinha E. Ferreira Santos Loureiro	PS	X	
David Talpa Coelho	PS	X	
Carlos Manuel Pacheco Lobato d)	PS		
Sandra Maria Ferreira da Brito	PS		
Subst: Vitor Hugo Nunes - a)	PS	X	
José Carlos Nogueira Coelho	PS	X	
Joaquim de Magalhães Pinto	PS	X	
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS	X	
Francisco Freitas Soárez Magalhães	PS	X	
António Ramiro Lobato Gonçalves	PS	X	
Malalda dos Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a) d)	PS		
José Manuel da Costa Soares	PSD	X	
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD	X	
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soárez Correia - a)	PSD	X	
Abílio Ferreira da Costa Fernandes	PSD	X	
António José Marques Pereira	PSD	X	
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD	X	
Luis Miguel Pereira Carneliro	PSD	X	
Francisco José Soares Costa	PSD	X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS	X	
Ernesto Ferreira Lopes	PS	X	
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS	X	
Sónia Cristina Alves Barbosa	PS	X	
José Luis Queirós Monteiro	PS		
Subst: José A. M. Talpa Ribeiro - a) d)	PS		
Jacelino Gonçalves Monizira	PS	X	
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a) d)	PS		
Serafim Dias Leal	PSD	X	
António Duarte Dias de Carvalho	PSD	X	
Artur Alexandre Soárez Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sérgio Barbosa Pimenta Gomes	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo n°1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Deliberação A Assembleia Municipal

aprovou, por maioria, com 29 votos a favor.

Impedimentos legais - 4

Observações:

a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo n°1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

c) Justificou a falta

d) Impedimento legal por ausência na reunião de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia

The diagram shows a rectangular table with three positions marked: "O Presidente" at the head, "1º Secretaria" on the left, and "2º Secretaria" on the right. There are handwritten signatures next to each position.



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

PONTO 2 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTA N.º 4 - SESSÃO EXTRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 30 DE JULHO DE 2020

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Adalgiz Júlio Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Martins Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Sousa Lopes	PS	X	
Avançadina E. Ferreira Santos Loureiro	PS	X	
David Talpa Coelho	PS	X	
Carlos Manuel Pacheco Lobo a)	PS		
Sandra Maria Favelha de Brito	PS		
Subst: Wtor Hugo Nunes - a)	PS	X	
José Carlos Magalhães Coelho	PS	X	
Joaquim de Magalhães Pinto	PS	X	
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS	X	
Francisco Freitas Sousa Magalhães	PS	X	
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS	X	
Mafalda dos Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a) d)	PS		
José Manuel da Costa Soares	PSD	X	
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD	X	
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD	X	
Abílio Ferreira da Costa Fernandes	PSD	X	
António José Marques Ferreira	PSD	X	
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leça Torreia Araújo - a)	PSD	X	
Luis Miguel Pereira Camacho	PSD	X	
Francisco José Soares Costa	PSD	X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS	X	
Ezequiel Ferreira Lopes	PS	X	
António Filipe Barreto Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS	X	
Sónia Cristina Alves Barbosa d)	PS		
José Luís Queirós Monteiro	PS		
Subst: José A. N. Talpa Rego - a) d)	PS		
Jacelino Gonçalves Moreira	PS	X	
Jacquim Machado das Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a) d)	PS		
Bernardo Dias Leal	PSD	X	
António Duarte Dias de Carvalho	PSD	X	
Artur Alexandre Soares Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gonçalves	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular da cargo, ao abrigo n.º1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Deliberação: A Assembleia Municipal
aprova, por maioria, com 28 votos a favor.

Impedimentos legais - 5

Observações:

- a) Em substituição do titular da cargo, ao abrigo n.º1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;
- c) Justificou a falta
- d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

1º Secretário

2º Secretário



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS		
Carla Susana Martins Moura	PS		
Hugo Miguel da Souza Lopes	PS		
Annamolina E. Ferreira Santos Loureiro	PS		
David Talpa Coelho	PS		
Carlos Manuel Pacheco Lobo	PS		
Sandra Maria Ferreira de Brás	PS		
Subst: Vítor Hugo Nunes - a)	PS		
José Carlos Magalhães Coelho	PS		
Joaquim de Magalhães Pinto	PS		
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS		
Francisco Freitas Sousa Magalhães	PS		
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS		
Matilde dos Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a)	PS		
José Manuel da Costa Soares	PSD		
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD		
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD		
Abilio Ferreira da Costa Fernandes	PSD		
António José Marques Parreira	PSD		
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD		
Luis Miguel Pereira Carneiro	PSD		
Francisco José Soares Costa	PSD		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS		
Ernesto Ferreira Lopes	PS		
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS		
Sónia Cristina Alves Barbosa	PS		
José Luís Quelros Monteiro	PS		
Subst: José A. N. Talpa Rego - a)	PS		
Joacelino Gengalves Moreira	PS		
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS		
Serafim Dias Leal	PSD		
António Duarte Dias de Carvalho	PSD		
Artur Alexandre Soares Costa	PSD		
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD		
Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes	IND		

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Obrigado! A Assembleia Municipal tornou conhecimento.

Observações:
b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;
c) Justificou a falta;
d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia
 Presidente 1º Secretaria 2º Secretaria



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

PONTO 4 - ADENDA CONTRATO PROGRAMA AJUSTAMENTO MUNICIPAL MUNICÍPIO P.F. CELEBRADO 26 DE ABRIL 2016 COM O FAM

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Martins Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Sousa Lopes	PS	X	
Armandina E. Ferreira Santos Lourenço	PS	X	
David Taipa Coelho	PS	X	
Carlos Manuel Pacheco Bobo	PS	X	
Sandra Maria Ferreira de Braga	PS		
Subst: Vitor Hugo Nunes - a)	PS	X	
José Carlos Nogueira Coelho	PS	X	
Joaquim de Magalhães Pinto	PS	X	
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS	X	
Francisco Freitas Sousa Magalhães	PS	X	
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS	X	
Maria das Santas Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a)	PS	X	
José Manuel da Costa Soares	PSD	X	
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD	X	
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Pádua Jorge Soárez Correia - a)	PSD	X	
Abílio Ferreira da Costa Fernandes	PSD	X	
António José Marques Ferreira	PSD	X	
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD	X	
Luis Miguel Pereira Caetano	PSD	X	
Francisco José Soares Costa	PSD	X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS	X	
Ernesto Ferreira Lopes	PS	X	
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS	X	
Sónia Cristina Alves Barbosa	PS	X	
José Luis Queirós Monteiro	PS		
Subst: José A. N. Taipa Rego - a)	PS	X	
Joacelino Gonçalves Moreira	PS	X	
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS	X	
Serafim Dias Leal	PSD	X	
António Duarte Dias de Carvalho	PSD	X	
Artur Alexandre Soares Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sárgio Barbosa Pereira Gomes	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo n.º 1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Deliberação A Assembleia Municipal
aprovou, por unanimidade.

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo n.º 1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;
- c) Justificou a falta
- d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia





SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

PONTO 5 - 4º ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MENSAL (REVISÃO ORÇAMENTAL) - PREVISÕES CORRIGIDAS, ENCARGOS PLURIANUAIS
REPACTIBILIZADOS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Martina Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Sousa Lopes	PS	X	
Amândina E. Ferreira Santos Loureiro	PS	X	
David Tolpa Coelho	PS	X	
Carlos Manuel Padreiro Lobo	PS	X	
Sandra Maria Ferreira de Brito	PS		
Subst: Vítor Hugo Nunes - a)	PS	X	
João Carlos Magalhães Coelho	PS	X	
Joséquim de Magalhães Pinto	PS	X	
Virginíabel Costa Carvalho	PS	X	
Francisco Freitas Sousa Magalhães	PS	X	
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS	X	
Mafalda dos Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - p)	PS	X	
José Manuel da Costa Soares	PSD		X
Luis Miguel das Santas Martins	PSD		X
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD		X
Abílio Ferreira da Costa Fernandes	PSD		X
António José Marques Ferreira	PSD		X
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD		X
Luis Miguel Pereira Garmelro	PSD		X
Francisco José Soares Costa	PSD		X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martine	PS	X	
Ernesto Ferreira Lopes	PS	X	
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS	X	
Sónia Cristina Alves Barbosa d)	PS	X	
José Luis Quelros Monteiro	PS		
Subst: José A. N. Tolpa Rego - a)	PS	X	
Josélinha Gonçalves Moreira	PS	X	
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS	X	
Serafim Dias Leal	PSD	X	
António Duarte Dias da Carvalho	PSD	X	
Artur Almeida Soares Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

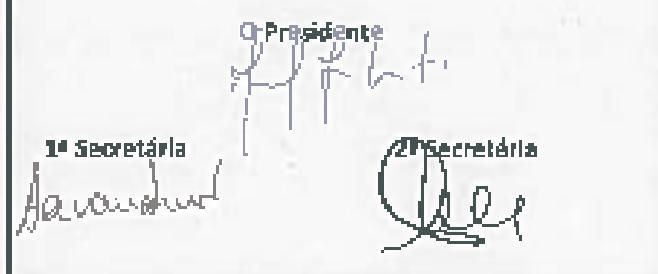
Deliberação: A Assembleia Municipal

aprova, por maioria, com 23 votos a favor
e 8 abstenções.

Observações:

a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;
c) Justificou a falta;
d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020.

A Mesa da Assembleia





SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

**POUNTO 6 - DESCENTRALIZAÇÃO ADM.; TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - ÓRGÃOS M. E
ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO AÇÃO SOCIAL**

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Martins Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Souza Lopes	PS	X	
Amélinda E. Ferreira Santos Loureiro	PS	X	
David Talpa Coelho	PS	X	
Carlos Manuel Pacheco Lobo	PS	X	
Sandra Maria Ferreira de Brito	PS		
Subst: Vítor Hugo Nunes - a)	PS	X	
José Carlos Nogueira Coelho	PS	X	
Joaquim de Magalhães Pinto	PS	X	
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS	X	
Francisco Antunes Sousa Magalhães	PS	X	
António Raimundo Lobo Gonçalves	PS	X	
Maria das Santas Montenegro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a)	PS	X	
José Manuel da Costa Soárez	PSD	X	
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD	X	
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD	X	
Abilio Fernandes da Costa Fernandes	PSD	X	
António José Marques Penha	PSD	X	
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Tomás Araújo - a)	PSD	X	
Luis Miguel Pereira Correia	PSD	X	
Francisco José Soárez Costa	PSD	X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS	X	
Ernesto Ferreira Lopes	PS	X	
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS	X	
Sónia Cristina Alves Barbosa d)	PS	X	
José Luís Quirós Montenegro	PS		
Subst: José A. N. Talpa Rego - b)	PS	X	
Jacelino Gonçalves Moreira	PS	X	
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS	X	
Serafim Dias Leal	PSD	X	
António Duarte Dias da Carvalho	PSD	X	
Arthur Alexandre Soares Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo n.º1, artº 788, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

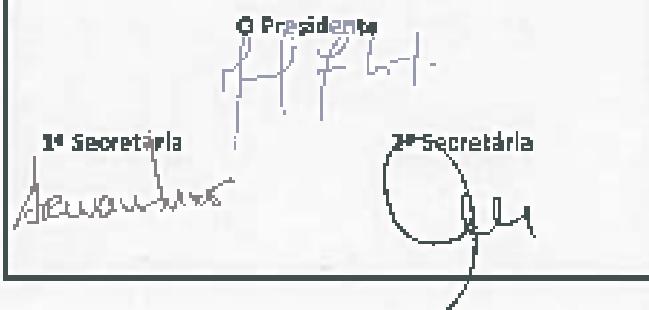
Deliberação da Assembleia Municipal

aprovou, por unanimidade,

Observações:

a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 788, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção:
c) Justificou a falta
d) Impedimento legal por ausência na sessão do 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia





SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

POUNTO 7 - REVISÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 DA PROFISOURA - ASSOCIAÇÃO DO ENSEJO PROFISSIONAL DO VALE DO SOUSA

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS		
Carla Susana Martins Moura	PS		
Hugo Miguel da Sousa Lopes	PS		
Armandina E. Ferreira Santos Lourenço	PS		
David Telpa Covilho	PS		
Carlos Manuel Pacheco Lobo	PS		
Sandra Maria Ferreira da Brito	PS		
Subst: Vitor Hugo Nunes - a)	PS		
José Carlos Nogueira Coelho	PS		
Joaquim de Magalhães Pinto	PS		
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS		
Francisco Freitas Soárez Magalhães	PS		
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS		
Mafalda dos Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a)	PS		
José Manuel da Costa Soares	PSD		
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD		
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD		
Abilio Ferreira da Costa Fernandes	PSD		
António José Marques Penelva	PSD		
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD		
Luis Miguel Pereira Carmelo	PSD		
Francisco José Soares Costa	PSD		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS		
Ernesto Ferreira Lopes	PS		
António Filipe Góes Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS		
Sónia Cristina Alves Barbosa	PS		
José Luís Queiroz Monteiro	PS		
Subst: José A. N. Telpa Rego - a)	PS		
Acelino Gonçalves Moreira	PS		
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS		
Serafim Glastegal	PSD		
António Duarte Dias da Carvalho	PSD		
Artur Alexandre Soares Costa	PSD		
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD		
Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes	IND		

Observações:

- b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 7º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Observações:

a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 7º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;

c) Justificou a falta

d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia

Presidente 	1º Secretário 	2º Secretário 
--	---	--



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

PONTO 8 - TRANSPORTES ESCOLARES DO 1º CICLO/PROTÓCOLO DE PARCERIA - ANO LETIVO 2020/2021,

NA QUANTIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Martins Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Sousa Lopes	PS	X	
Arminda E. Ferreira Santos Loureiro	PS	X	
David Telmo Coelho	PS	X	
Carlos Manoel Pacheco Lobo	PS	X	
Sandra Maria Ferreira de Brito	PS		
Subst: Vítor Hugo Nunes - a)	PS	X	
José Carlos Nogueira Coelho	PS	X	
Joséquim de Magalhães Pinto	PS	X	
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS	X	
Francisco Furtado Sousa Magalhães	PS	X	
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS	X	
Maria do Carmo Santiago Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. G. Pires Viana - a)	PS	X	
José Manuel da Costa Soares	PSD	X	
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD	X	
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD	X	
Abilio Ferreira da Costa Fernandes	PSD	X	
António José Marques Pereira	PSD	X	
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD	X	
Luis Miguel Pereira Caneiro	PSD	X	
Francisco José Soares Costa	PSD	X	

NA QUANTIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS	X	
Ernesto Ferreira Lopes	PS	X	
António Filipe Dessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS	X	
Sónia Cristina Alves Barbosa	PS	X	
José Luís Quelros Monteiro	PS		
Subst: José A. N. Telmo Rego - a)	PS	X	
Joacelino Gonçalves Moreira	PS	X	
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS	X	
Serafim Dias Lelo	PSD	X	
António Duarte Dias da Carvalho	PSD	X	
Artur Alexandre Soares Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nºI, artº 78º, Lei 168/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Deliberação: A Assembleia Municipal
aprovou, por unanimidade,

Observações:
c) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nºI, artº 78º, Lei 168/99 de 18 Setembro, com actual redacção;
d) Justificou a falta
e) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia
Presidente
1º Secretário
2º Secretário



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

**POINTO 9 - PROPOSTA - ABERTURA DE PROC CONCURSAL PROVIMENTO 1 LUGAR DIREÇÃO INTER. 2º GRAU
CHIE DIVISÃO PLAN. G. URBANÍSTICA;**

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS		
Carla Susana Martins Moura	PS		
Hugo Miguel da Costa Lopes	PS		
Amélia E. Ferreira Santos Loureiro	PS		
David Taipa Coelho	PS		
Carlos Manuel Pacheta Lobo	PS		
Sandra Maria Ferreira de Brito	PS		
Subst: Vítor Hugo Nunes - a)	PS		
José Carlos Nogueira Coelho	PS		
Joaquim da Magalhães Pinto	PS		
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS		
Francisco Freitas Sousa Magalhães	PS		
António Ramón Lobo Gonçalves	PS		
Mafalda dos Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a)	PS		
José Manuel da Costa Soares	PSD		
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD		
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD		
Alberto Ferreira da Costa Fernandes	PSD		
António José Marques Pereira	PSD		
Ana Cristina Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD		
Luis Miguel Pereira Carvalho	PSD		
Francisco José Soares Costa	PSD		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS		
Ernesto Ferreira Lopes	PS		
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS		
Sónia Cristina Alves Barbosa	PS		
José Luís Queirós Monteiro	PS		
Subst: José A. N. Taipa Rego - a)	PS		
Joséino Gonçalves Moreira	PS		
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS		
Serafim Dias Vieira	PSD		
António Duarte Dias de Carvalho	PSD		
Artur Alexandre Soares Costa	PSD		
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD		
Joaquim Sérgio Barbosa Pereira Gomes	IND		

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;

Deliberação: A Assembleia Municipal
aprovou, por escrutínio secreto, por unanimidade.

Observações:

a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;

c) Justificou a falta

d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia

O Presidente
H.F.L.

1º Secretário
João Oliveira

2º Secretário
Paulo G. P. Gomes



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

POVTO 10 - AUTORIZAÇÃO ABERTURA PROCEDIMENTO SELETIVO COMCURSAL RECRUTAMENTO 1 TÉCNICO SUPERIOR
ÁREA DE ATIVIDADE DE PSICOLOGIA.

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Martins Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Sousa Lopes	PS	X	
Armandina E. Ferreira Santos Lourenço	PS	X	
David Talpa Coelho	PS	X	
Carlos Manuel Pacheco Lobo	PS	X	
Sandra Maria Ferreira da Brito	PS		
Subst: Vítor Hugo Nunes - a)	PS	X	
José Carlos Nogueira Coelho	PS	X	
Joaquim de Magalhães Pinto	PS	X	
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS	X	
Francisco Freitas Sousa Magalhães	PS	X	
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS	X	
Mafalda dos Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a)	PS	X	
José Manuel da Costa Soares	PSD		X
Luis Miguel dos Santos Martins	PSD		X
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Paulo Jorge Soares Correia - a)	PSD		X
Abilio Ferreira da Costa Fernandes	PSD		X
António José Marques Pereira	PSD		X
Ana Crisânia Alves Ferreira	PSD		
Subst: Joana Leão Torres Araújo - a)	PSD		X
Luis Miguel Pereira Carmelo	PSD		X
Francisco José Soares Costa	PSD		X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA JUNTA	F	C	A
Joséquim Ferreira Martins	PS	X	
Ernesto Ferreira Lopes	PS	X	
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS	X	
Sónia Crisânia Alves Barbosa	PS	X	
José Luis Queirós Monteiro	PS		
Subst: José A. M. Talpa Ribeiro - a)	PS	X	
Jocelino Gonçalves Moreira	PS	X	
Joaquim Machado dos Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS	X	
Serafim Olas Lopes	PSD	X	
António Duarte Dias de Carvalho	PSD	X	
Arthur Alexandre Soares Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sérgio Barbosa Ferreira Gomes	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Deliberação: A Assembleia Municipal

aprovou, por maioria, com vinte e quatro votos
a favor e oito abstenções. 1 Impedimento, por
ausência da sala.

Observações
a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, artº 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;
c) Justificou a falta
d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020

A Mesa da Assembleia
O Presidente 1º Secretária 2º Secretária



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE SETEMBRO DE 2020
FOLHA DE VOTAÇÃO

PONTO 31 - TRANSMISSÃO RADIODIFUSIVA E PONTO ABERTO SOCIAIS DAS SESSÕES DA AL. M. APRESENTADA PELO G. PARLAMENTAR MUNICIPAL DO P.S.D.

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
Miguel João Coelho Costa	PS	X	
Carla Susana Matos Moura	PS	X	
Hugo Miguel da Souza Lopes	PS	X	
Armandina E. Ferreira Santos Loureiro	PS	X	
David Taipa Coelho	PS		X
Carlos Manuel Pacheco Lobo	PS		X
Sandra Maria Ferreira de Brito	PS		
Subst: Vitor Hugo Nunes - a)	PS	X	
José Carlos Nogueira Coelho	PS	X	
Joaquim da Magalhães Pinto	PS	X	
Virginia Isabel Costa Carvalho	PS	X	
França da Freitas Sousa Magalhães	PS	X	
António Ramiro Lobo Gonçalves	PS		X
Maria das Santos Monteiro	PS		
Subst: Hugo A. C. Pires Viana - a)	PS	X	
José Manuel da Costa Soares	PSD	X	
Luis Miguel dos Santos Matos	PSD	X	
Maria da Conceição Marques Nunes	PSD		
Subst: Pedro Jorge Soares Correia - a)	PSD	X	
Abílio Ferreira da Costa Fernandes	PSD	X	
António José Marques Pereira	PSD	X	
Ana Cristina Alves Ferreiro	PSD		
Subst: Joana Edna Torres Araújo - a)	PSD	X	
Luis Miguel Pacheco Carnalho	PSD	X	
Francisco José Soares Costa	PSD	X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DE JUNTA	F	C	A
Joaquim Ferreira Martins	PS	X	
Ernesto Ferreira Lopes	PS		X
António Filipe Bessa Marques	PS		
Subst: Luís da Costa Neto - a)	PS		X
Sónia Cristina Alves Barbosa	PS		X
José Luis Queirós Moreira	PS		
Subst: José A. N. Taipa Rego - a)	PS		X
Joséino Gonçalves Moreira	PS		X
Joaquim Machado das Santos	PS		
Subst: José Manuel Ferreira - a)	PS		X
Serafim Dias Leal	PSD	X	
António Duarte Dias de Carvalho	PSD	X	
Artur Alexandre Soares Costa	PSD	X	
Rui Filipe Coelho Barbosa	PSD	X	
Joaquim Sêrgio Barbosa Perreira Gomes	IND	X	

Observações:

b) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, arte 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção.

Deliberação: A Assembleia Municipal

reprovou, por maioria, com 27 votos contra, 13 votos a favor e três abstenções.

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo, ao abrigo nº1, arte 78º, Lei 169/99 de 18 Setembro, com actual redacção;
- c) Justificou a falta;
- d) Impedimento legal por ausência na sessão de 29 Abril de 2020;

A Mesa da Assembleia

Presidente

1º Secretário

2º Secretário



A handwritten signature in black ink is positioned in the top right corner of the page.

Paços de Ferreira, 29 de Setembro de 2020

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer a V. Exa. que se digne colocar a votação a inserção, na Ordem do Dia e a consequente admissão à discussão e Votação da Proposta que se junta.

Os Eleitos pelo PSD,



- TRANSMISSÃO RADIODÓMICA E POR REDES SOCIAIS DAS SESSÕES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

Em 2019, os eleitos pelo PSD apresentaram nessa casa uma proposta para que as Assembleias Municipais fossem transmitidas pela rádio e nas redes sociais.

Encendia o PSD na data, como entende agora, que a transmissão radiodómica e nas redes sociais das Assembleias Municipais permitiría um melhor acesso dos nossos cidadãos à informação sobre os assuntos mais relevantes da vida do nosso concelho e, consequentemente, garantiría uma melhor e maior participação democrática dos nossos cidadãos na vida política de Paços de Ferreira.

Em 2019, a proposta apresentada foi recusada pelos eleitos pelo Partido Socialista, alegando, entre outras razões, questões de legalidade. Curiosamente, enquanto o Partido Socialista pacense arranjava desculpas para não aprovar esta Proposta, a transmissão das Assembleias era aprovada em Paredes, um Município com as mesmas cores políticas que o nosso...

Sucede que, a Lei nº 28/2020, de 28 de Julho, veio estabelecer não só a obrigatoriedade de gravação e de colocação no sítio electrónico da autarquia das reuniões públicas dos órgãos executivos e deliberativos das autarquias locais, mas referir também expressamente que essas mesmas reuniões podem ser transmitidas em directo pela Internet ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade.

Assim, e porque a Lei nº 28/2020 deixa clara não existir qualquer ilegalidade na transmissão das reuniões desta Assembleia, é porquê o PSD Paços de Ferreira continua a acreditar que garantir o acesso à informação é a forma de garantir uma cada vez maior participação cívica dos nossos cidadãos,

Vêm os eleitos do PSD propor que, a partir desta data, as sessões da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira sejam transmitidas, em directo, por via radiofónica e nas redes sociais.



OJ!

Mais sugerem que o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal convide os órgãos de comunicação social do nosso concelho a fazerem a referida transmissão, e a transmissão pelo próprio Município, através dos meios utilizados para a transmissão do Boletim Informativo Municipal.

Paços de Ferreira, 29 de Setembro de 2020,

Os Eleitos pelo Partido Social Democrata



Ex.mo Sr. Presidente
da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira,

Os elementos do Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira, vêm pela presente, apresentar a esta Assembleia Municipal um sentido VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Senhor Albino Carneiro de Brito, pai do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Dr. Humberto Brito, no passado dia 08 de Setembro de 2020.

Desta forma, propõe-se que a Assembleia de Municipal delibere:

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor Albino Carneiro de Brito, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar, por escrito, à sua família as mais sentidas condolências.

Paços de Ferreira, 29 de Setembro de 2020

O Líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Humberto Brito".